



8ª - 18/04/2011 ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO REALIZADA NO DIA DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

Aos dezoito dias do mês de Abril de dois mil e onze, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião extraordinária da referida Câmara, estando presentes o senhor Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá e os senhores Vereadores Hortênsia do Anjos Chegado Menino, António Adriano Mateus Pinetra, João Miguel Amaro Marques, Maria de Lurdes Pascoal Reis Vacas de Carvalho, Rogério António Pinto e Vicente Manuel Gião Roque, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica.

E tendo todos ocupados os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram dez horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pela senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

Ponto único – Prestação de Contas / 2010

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Prestação de Contas / 2010

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para apresentar o documento supra citado do seguinte teor:

A Prestação de Contas de 2010, que inclui este Relatório de Gestão e a Conta de Gestão, corresponde ao primeiro ano civil do presente mandato (2009-2013).

A Prestação de Contas é a principal documentação política e técnica que sintetiza e descreve a actividade desenvolvida pelo Município de Montemor-o-Novo em 2010. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL), somos a apresentar o Relatório de Gestão incluído na Prestação de Contas de 2010.

O Relatório de Gestão, enquanto balanço da actividade municipal, é obviamente um documento eminentemente político. Contudo, e sobretudo a Conta de Gerência, tem características técnicas evidentes, próprias e, algumas, legalmente determinadas que devem ser tidas em conta de forma a evitar leituras, análises e avaliações erróneas do que agora é apresentado.

Quanto às características técnicas da Prestação de Contas, reafirmamos anteriores alertas e esclarecimentos. O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direcção integram o sistema e o poder políticos democráticos. O Município não é uma empresa. A actividade municipal é mais lata, deve ter outras preocupações e deve integrar muito mais do que uma “simples” gestão custo / proveito. Ainda que deva procurar – atento o actual espartilho legal – a eficácia, não pode ser reduzida a um economicismo neo-liberalizante. A aceitar-se tal visão, estaríamos a abrir portas a uma

perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia. Os Municípios e a ANMP continuam colocados perante um desafio que não está a ser ainda devidamente considerado: procurar uma apresentação legal das suas contas que tenha como matriz o carácter de órgãos institucionais eleitos e peças do sistema político democrático e não uma mera conta empresarial. Se tal não for conseguido, o Poder Local Democrático expõe-se a tratamentos quantitativos inverosímeis, a comparações do incomparável, mesmo à subversão do debate e do confronto democráticos, à equação da democraticidade do próprio sistema democrático-constitucional.

Ao longo deste documento, permitir-nos-emos chamar a atenção para algumas questões técnicas que condicionam a análise quer quantitativa quer qualitativa. Logo, que condicionam, por vezes de forma determinante, a própria análise política.

Não entendemos, portanto, o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão, que reputamos de essencial, deve ter um cariz matricialmente político ao qual se submete e integra a componente técnica. Aliás, esta ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura.

A Prestação de Contas de 2010 inclui designadamente:

-Este Relatório de Gestão;

- O Relatório de Actividades (RA) que, não sendo obrigatório legalmente, dá maior transparência e uma visão mais abrangente da actividade municipal quanto às acções materializadas e não incluídas na Execução do PPI;

- A Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI) que traduz, tão-somente, a execução financeira no ano em causa;

- Os Mapas de Execução Orçamental (fluxos financeiros) com a Conta de Execução Orçamental e outros mapas anexos de apoio como o Resumo das Receitas e Despesas Orçamentais e o Resumo das Despesas segundo a Classificação Económico/Orgânica e ainda os Mapas de Fluxos de Caixa e de Contas de Ordem;

- O Mapa de Operações de Tesouraria;

- O Mapa de Empréstimos que demonstra a evolução dos empréstimos bancários ao longo do ano;

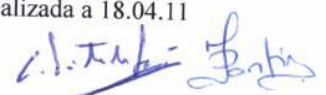
- O Balanço e a Demonstração de Resultados (que, por lei, obriga à identificação dos resultados líquidos do exercício!), instrumentos contabilísticos que consideramos prematuros e desajustados da realidade dos Municípios.

Quanto ao enquadramento político, haverá a realçar as seguintes questões.

2010 é o primeiro ano civil do actual mandato (2009-2013) em que a população do concelho entendeu, através do voto, reforçar a confiança na CDU para dirigir os destinos do Município.

Em 2010, manteve-se a crise geral do capitalismo que, despoletada no sector financeiro e especulativo, se espalhou endemicamente a todo o sistema e que incide agora, de forma virulenta, nas economias periféricas. Portugal, já sujeito a uma crise global decorrente das políticas neo-liberais nacionais e da UE, atingiu indicadores económicos e sociais historicamente negativos, com particular destaque para o desemprego, o défice externo, a quebra da actividade económica afectando as pequenas e médias empresas e negócios, a regressão social generalizada. Em contrapartida, os grandes grupos económicos, com destaque para o sector financeiro, continuaram a acumular favores (a banca pagou metade dos impostos do ano anterior!) e lucros imorais.

Regressou a falácia do défice orçamental quando o problema central do nosso país é o crescente défice externo para que nos tem conduzido a política de liquidação da produção nacional, do



crescimento insustentável por via do consumismo, de acumulação de riqueza e rendimento num pequeno grupo de famílias que dominam a economia e determinam o poder político.

O agravamento generalizado da situação social e económica no concelho, em consequência das opções políticas nacionais e da União Europeia, marca determinantemente o ano de 2010.

O Povo do nosso concelho foi duramente atingido pelos chamados Programas de Estabilidade e Crescimento (I, II, e III) que, de facto, desestabilizam famílias e empresas e comprimem a actividade económica. Em consequência, uma boa parte dos trabalhadores, dos reformados, das famílias, das pequenas empresas vive hoje com dificuldades acrescidas. Alastra o número de famílias e empresas em insolvência, cresce o risco para muitas outras.

O ano foi ainda caracterizado pela continuidade da política governamental de recentralização estatal incluindo, como peça fundamental, uma regressão da autonomia política e económica justamente conquistada pelos Municípios Portugueses aquando do processo de democratização do País. Reafirmamos o que sobre esta matéria escrevemos no Relatório do ano passado.

O Governo agravou, em 2010, um vasto conjunto de reduções e restrições à gestão dos Municípios que, para além de alterarem o enquadramento que tinha suportado legitimamente os compromissos eleitorais, condicionaram e penalizaram fortemente toda a actividade municipal.

Aquelas medidas começaram por ser consubstanciadas no chamado primeiro Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC I) com impacto a partir de Maio e que, uma vez mais, teve como justificação o défice orçamental. Mantiveram-se e/ou agravaram-se anteriores medidas (o aumento dos custos pela contratação individual que são receita do Estado, o aumento de custos com programas ocupacionais, as imorais taxas, tarifas e quejandos lançadas sobre os Municípios para financiar entidades da administração central como o IRAR, as ARHs, etc.) e surgiram medidas adicionais de que se destaca o corte de 5% nas transferências do OE, retenções não justificadas para o SNS, limites ao endividamento municipal, limites à contratação e à gestão de pessoal. Seguiu-se, alguns escassos meses depois, o PEC II e o anúncio do PEC III incorporado no OE/2011.

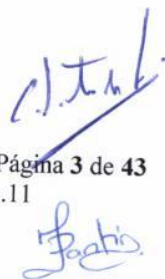
Estes PECs impuseram ao nosso Município uma perda directa de cerca de € 800.000,00 euros (oitocentos mil euros) neste ano.

Em 2010, manteve-se a situação do QREN da União Europeia que abrange o período 2007-2013. Confirmando as nossas preocupações e avisos, o modelo governamentalizado, centralizado e burocratizado do QREN continua a induzir um baixíssimo grau de aplicação (menos de 15%). O anunciado aumento das comparticipações aos Municípios (até 80% nalguns casos), negociado entre a ANMP e o Governo, não teve tradução prática em 2010 face às exigências burocráticas que excluem boa parte dos projectos e até das intenções municipais.

Está já em concretização a Parceria Pública Estado / Autarquias, com a criação de um sistema público supra-municipal de abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos. Contudo, e incompreensivelmente, ainda não foi aprovada a candidatura que garante o financiamento do Fundo de Coesão da UE.

Em 2010, e apesar do agravamento das já difíceis condicionantes colocadas à actividade municipal, manteve-se a estabilidade económico-financeira do Município, garantiu-se um investimento considerável e assegurou-se um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objectivos traçados. Destaca-se as entradas em funcionamento e as inaugurações de:

- A nova ETAR das Silveiras;
- A nova ETAR de S. Cristóvão;
- A nova Biblioteca/Espaço de Leitura e Multimédia de Cortiçadas de Lavre;
- A nova Iluminação Cénica do Castelo.



2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO CONCELHO

2.1. Crise Geral e Políticas Nacionais e da UE

A evolução da actual crise geral do capitalismo registou algumas alterações durante o ano em análise. Assinalamos três desses principais traços caracterizadores.

Primeiro, confirmou-se como uma crise estrutural de longa duração e efeitos, amenizada pelo crescimento dos países emergentes denominados BRIC. Na UE, a recuperação económica alemã puxou pela economia anémica dos 27 mas não evitou a crise do Euro e a pressão financeira especulativa – eufemisticamente chamada de “instabilidade dos mercados” – sobre as economias periféricas mais frágeis (Grécia, Irlanda e Portugal) e mesmo sobre a Espanha.

Segundo, confirmou-se que quer a UE quer os dirigentes nacionais não só não pretendem alterar as políticas que nos conduziram a este estado como procuram mesmo o seu aprofundamento com um único sentido e consequência: fragilização do trabalho e dos direitos económicos e sociais alcançados, intensificação da acumulação de capital nos grandes grupos e interesses económicos.

Terceiro, aprofundou-se a degradação das condições de vida de milhões e milhões de europeus e de outras regiões (por exemplo, de países árabes) configurando uma regressão social generalizada sem precedentes depois da Segunda Grande Guerra.

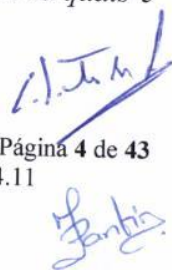
Em Portugal, a realidade impôs-se à retórica e, apesar do continuado discurso oficial de optimismo, é generalizada constatação de que vivemos a pior crise económica e social desde o 25 de Abril e, nalguns indicadores, desde que há registo. O desemprego continuou a crescer e atingiu novo nível histórico (oficialmente 11% mas, de facto, com pelo menos mais 2 pontos percentuais); a precariedade e insegurança no trabalho alastraram; as pequenas e médias empresas pioraram a sua situação e o risco de falência é muito maior; o endividamento das famílias e as dificuldades de cumprir os compromissos financeiros contratados estão em crescendo; são cada vez maiores as dificuldades de acesso a bens e serviços básicos; a economia, após breve balão de oxigénio vindo do acréscimo das exportações em resultado de factores conjunturais internacionais, está prestes a reentrar em recessão em consequência das tremendas medidas anti-sociais dos PECs I e II.

A generalidade das famílias e das empresas montemorenses, com incidência nos trabalhadores e nos jovens, viram diminuir significativamente os seus rendimentos, o seu poder de compra, viram aumentar a insegurança e a falta de perspectivas de futuro. Grassa a desesperança, o sentimento de que faz falta uma mudança efectiva mas, igualmente, de que não se configura uma nova alternativa mas simples alternância.

O concelho mantém uma resistência à crise acima da média nacional, como mostram alguns dos indicadores económicos e sociais, mas estamos a atingir limites que os novos e brutais cortes nos salários e noutras prestações sociais e serviços públicos vão precipitar. Podemos estar na véspera de uma crise social generalizada e dramática com primeira incidência nos mais fracos e desprotegidos dos nossos conterrâneos.

Reafirmamos que o alastramento e agravamento da preocupante situação sócio-económica que vivemos no concelho e no país, não resulta do mau comportamento de meia dúzia de “gestores” ou “empresários” (aliás antes elogiados como individualidades de sucesso!), de factores externos nem de quaisquer fatalidades ou inevitabilidades como a propaganda nos quer convencer. A degradação da vida da maioria dos Montemorenses (e dos Portugueses), a degradação da vida económica, social, cultural e até política decorre da insistência dos Governos (e da alargada maioria neo-liberal que domina o Poder Central) no aprofundamento das políticas conservadoras e neo-liberais, alinhadas e subservientes às orientações gerais de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos, decorre da falência do modelo neo-liberal que nos vem sendo imposto.

Passadas as eleições, as políticas governamentais reforçaram as opções estruturais para as quais e em devido tempo tínhamos alertado, nomeadamente:



- uma política estrutural de assumida recentralização do poder em desfavor da autonomia do Poder Local Democrático, em desfavor da descentralização, em desfavor do princípio comunitário da subsidiariedade;

- uma política estrutural de concentração urbana e de litoralização do País em desfavor do interior e do mundo rural, em desfavor do combate ao desequilíbrio regional;

- uma política estrutural de cooperação estratégica com os grandes interesses económicos com consequências nefastas na concentração da criação e distribuição da riqueza em desfavor da grande maioria dos portugueses e dos montemorenses de menores ou mesmo médios recursos, em desfavor da generalidade do nosso tecido económico baseado em pequenas e médias empresas;

- uma política estrutural de progressiva desresponsabilização do Estado face às suas funções de carácter público e social em desfavor da salvaguarda do interesse público e do acesso geral dos cidadãos, independentemente dos seus rendimentos, aos bens ditos de "interesse geral" como o abastecimento de água, a saúde, a educação ou a segurança.

Opções políticas estruturais que, por seu turno, se estribam nas orientações neo-liberais desta UE apostada na construção de um sistema económico europeu dominado pelos grandes conglomerados económicos. Neste âmbito, a denominada "coesão económica" prevalece sobre a palavrosamente enaltecida "coesão social". A crise global do capitalismo continua a agudizar as profundas desigualdades sociais na UE.

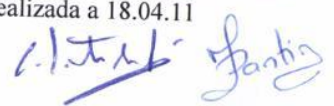
Permanece sem fundamento uma política económica da UE que condena um país, como Portugal, crescentemente deficitário na agricultura a abdicar da sua produção própria – a reforma da PAC aumentou esta insanável contradição – substituindo produção, emprego, criação de riqueza por abandono dos campos e importações. Aliás e face às alterações em curso na produção e no mercado mundial de alimentos (com os biocombustíveis e a explosão do mercado chinês), a UE e o Governo teimam em não rever esta PAC e, finalmente, apostar na produção agro-pecuária em Portugal tendo como objectivo mínimo o auto-abastecimento. Montemor, pelas suas características, é profundamente penalizado; mais produção, mais investimento levariam a mais emprego e mais desenvolvimento.

A crise global do capitalismo questiona o neo-liberalismo e a sua dominância ideológica. Questiona o tipo de construção europeia que está a ser seguido. Questiona o desacreditado Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE que estabelece limites administrativos (vidé défice orçamental) independentemente das realidades económicas nacionais ou das diferentes conjunturas que se podem verificar. Questiona a onda privatizadora – bem visível na directiva "Bolkestein" dita de "serviços de interesse geral"! – que visa transformar em negócio privado a generalidade do sector público.

A crise global do capitalismo veio colocar na ordem do dia a necessidade de ir por outro caminho. E há um outro caminho alternativo para a UE: uma Europa dos Povos, uma Europa da enriquecedora diversidade nacional e cultural, uma Europa Social que queira construir coesão e justiça sociais compatíveis com elevados níveis de dinâmica económica.

Constatamos que, confrontados com uma crise qualitativamente nova e obviamente originada pelas opções políticas que se aplicam há mais de 3 décadas, reféns e bloqueados pelo ideário neo-liberal, os Governos e a Comissão Europeia (e outros órgãos directivos da UE) não só insistem como procuram aprofundar as políticas que conduziram ao lastimável estado actual!

A crise global do capitalismo demonstrou ainda o que antes afirmámos. Os problemas estruturais e de âmbito nacional ou comunitário, não podem ser resolvidos – como alguns demagogicamente reclamam localmente – por políticas municipais quaisquer que sejam, ainda que pontual ou conjunturalmente possam ser atenuáveis pela acção do Município e/ou de dinâmicas locais. Não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central e para a União Europeia mas confirmou-se a justeza de não aceitar o branqueamento das políticas governamentais e europeias cujas consequências negativas para a maioria da população do Concelho e para o desenvolvimento do Concelho são notórias. Estudámos os problemas do Concelho, analisámos os impactos das políticas governamentais, elaborámos propostas fundamentadas. Assumimos a saudável e não acomodada



política de lançar e apoiar acções de denúncia e de reivindicação ao mesmo tempo que apresentámos acções de proposta, acções de iniciativa, acções de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho.

Cumprindo os compromissos programáticos, não abdicámos de ser a voz dos Montemorenses, procurámos intervir e contribuir positivamente nas questões de âmbito regional, nacional ou internacional que afectaram e afectam o nosso Concelho!

2.2. Principais Problemas e Consequências

O agravamento da situação social e económica do Concelho, em 2010, é a mais grave desde a Revolução de Abril de 1974 e atinge, particularmente as pessoas de menores recursos e socialmente mais vulneráveis mas também alastrou na classe média. As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico, aumentaram as dificuldades, diminuíram as encomendas e as vendas, foram obrigadas a colocar trabalhadores no desemprego; algumas encerraram, outras têm crescentes problemas de viabilidade.

O desemprego ultrapassou, a nível nacional, os valores históricos registados em 2009 e situa-se agora nos 11% oficiais (que, na realidade, ascende a pelo menos 13%). No concelho, o desemprego também aumentou e continua a atingir mesmo os mais qualificados como é o caso dos jovens licenciados. Ainda assim, registámos taxas de desemprego abaixo dos níveis médios da Região.

Em queda continua a oferta de emprego em geral e a oferta de 1º emprego para os jovens. Agravou-se a precarização e insegurança no emprego existente sendo que cresceu o número de empresas do concelho com dificuldades para assegurar o pagamento atempado de remunerações bem como os seus compromissos com a segurança social. A liquidação de pequenas empresas continuou e outras estão em risco. As instituições sem fins lucrativos, com peso na dinâmica do Concelho, foram afectadas até na sua viabilidade e é maior a preocupação, em particular no sector social e na possibilidade de serem postos em causa inúmeros postos de trabalho que asseguram. O problema do emprego (ainda que sendo uma questão nacional) é ainda mais grave e preocupante; sem dúvida, o principal problema estrutural que afecta a vida do Concelho. Mas é indissociável da liquidação da actividade produtiva que nos vem sendo imposta.

Alastraram situações de carências alimentares em crianças em idade escolar e nalgumas famílias. É um problema novo que não se verificava desde a Revolução de Abril de 1974 e cuja tendência está a crescer. O Programa Montemor Solidário (Eixo 2) continuou a assegurar uma resposta eficaz e digna no âmbito do sistema escolar e através da acção social escolar.

Os trabalhadores e a generalidade da população perdem rendimentos mas uma pequena elite possidente soma riqueza à riqueza. Intensifica-se a tendência de agravamento da assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento, consequência das políticas neo-liberais que vêm sendo aplicadas há mais de 3 décadas e que se traduzem em acentuados desequilíbrios sociais que afectam negativamente a maioria dos Montemorenses e são um travão ao nosso desenvolvimento económico.

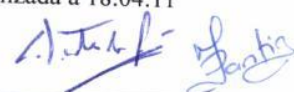
A maioria dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população, voltou a perder poder de compra, já muito débil, e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde e já mesmo a alguns bens essenciais.

A toxicodependência terá mantido a tendência de estabilização mas permaneceu como uma preocupação e um problema social.

O alcoolismo, a desadaptação e o insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais que permaneceram a níveis preocupantes e que a actual crise tende a fazer crescer.

A imigração continuou a tendência decrescente no nosso Concelho sendo que as situações mais graves (clandestinos, trabalho sem direitos) estão em níveis reduzidos.

A prostituição organizada no concelho mostrou alguma quebra. Este problema, que ultrapassa as competências municipais, tem merecido o nosso atento acompanhamento e, sempre que possível, a nossa intervenção apesar de legalmente limitada.



Em 2010, o Governo retomou as tentativas de empobrecimento, diminuição e mesmo encerramento de serviços públicos essenciais (educação e saúde) com grande impacto no (não) desenvolvimento. Entretanto, a Câmara manteve-se firme na denúncia de tais propósitos, na contestação fundamentada a essas medidas, na disponibilidade de negociação com o Governo e os seus órgãos desconcentrados. E os Montemorenses assumiram, de diversas formas, a luta pela defesa dos seus serviços públicos afectados e a luta em defesa da qualidade de vida duramente conquistada.

Os responsáveis regionais e locais de saúde continuaram a procurar o encerramento de serviços públicos de saúde. Confirmou-se que o encerramento sem alternativa do Internamento Clínico do Centro de Saúde não era uma situação pontual (a justificação prendia-se com a Gripe A!) mas uma intenção há muito perseguida. Aos encerrados Postos Médicos de S. Brissos, Baldios, Foros do Cortiço e S. Geraldo juntou-se o de Casa Branca. E, apesar das promessas de análise do director do ACES/ARS, nada se avançou que perspective a reabertura de alguns.

Recorda-se que foi possível assegurar, entre outros, os compromissos da criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) na nossa cidade e de construção do novo Centro de Saúde. Sublinhamos como muito positiva a criação, pelo Hospital de S. João de Deus, com o apoio do Ministério da Saúde, de uma nova Unidade de Convalescença e de uma outra Unidade de Cuidados Paliativos. A Câmara deu também a sua contribuição.

Na senda governamental, a administração dos CTT continuou a insistir e a pressionar o encerramento da estação do Escoural e do posto de Cortiçadas de Lavre. A acção da Câmara, a firmeza das Juntas de Freguesia e das populações impediram aqueles encerramentos até agora.

E, finalmente, um destaque para a Parceria Pública Estado / Municípios para a criação de um Sistema Público Supra-municipal para o abastecimento de água e o tratamento de efluentes no Alentejo que está já em funcionamento e em que será mantido o sistema e a gestão públicas deste sector vital para as nossas populações!

Com outras políticas, realmente preocupadas com o bem-estar da generalidade das cidadãs e cidadãos e não comprometidas com os grandes interesses económicos, Montemor, a vida das suas populações, as dinâmicas de desenvolvimento do Concelho, ao invés de profunda e negativamente afectadas, poderiam ter melhorado substancialmente!

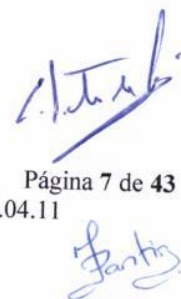
Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder a estes problemas. Convirá, em simultâneo, sublinhar e reafirmar o facto de que Montemor manteve uma actividade económica, social, cultural e política que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

3. Gestão Municipal em 2010

3.1. Opções Programáticas do Mandato 2009/ 2013

As Opções Programáticas para o mandato 2009 / 2013 estão contidas no Programa Eleitoral que a C.D.U. apresentou e foi sufragado maioritariamente pelos Montemorenses. Identificam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

- 1. Promover a democracia participada*
- 2. Inovar Montemor*
- 3. Fomentar a economia e o emprego*
- 4. Qualificar o território*
- 5. Preservar e valorizar o ambiente*
- 6. Promover a cultura, o desporto e o associativismo*



7. Apoiar a juventude
8. Qualificar o ensino, promover a educação
9. Promover a justiça social e a saúde pública
10. Assegurar protecção civil e segurança

Os OEs e os PECs voltaram a alterar significativamente não apenas o quadro legal mas, sobretudo, reduziram muito os recursos económico-financeiros que tinham servido de base à elaboração do Programa Eleitoral. Só em 2010, o nosso Município perdeu € 800.000 euros e a perda acumulada para o mandato pode atingir os € 5.300.000 euros.

Em termos práticos, é óbvio que os compromissos assumidos e a calendarização prevista estão postos em causa, impondo-se uma reformulação (ou mesmo várias!) do programa para o mandato adequando-a às restrições exógenas que nos são ou venham a ser impostas.

3.2. Executivo Municipal e Pelouros

O Executivo da Câmara Municipal, resultante das Eleições Autárquicas de Outubro de 2009, e em exercício no ano de 2010, teve 4 Eleitos pela CDU, 2 Eleitos pelo PS e 1 Eleita pelo PSD. Os Eleitos pela CDU e a Vereadora eleita pelo PSD detiveram pelouros no ano em causa. Os

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para referir depois que o ano de 2010 foi o primeiro ano completo de mandato.

Vereadores eleitos pelo PS não aceitaram pelouros. A distribuição de pelouros, em 2010, tendo sofrido uma pequena alteração, foi a seguinte:

Presidente Carlos Pinto de Sá (CDU): Coordenação Geral, Relações Institucionais, Administração Geral e Financeira, Secretariado, Área Jurídica e Pessoal, Planeamento e Desenvolvimento Económico excluindo Gestão de Infra-estruturas Económicas e incluindo ZIA e Mercados e Feiras (a partir de Abril), Relações Públicas e Comunicação, Segurança

Vice-Presidente e Vereadora Hortensia Menino (CDU): Relações com Freguesias, Ordenamento do Território e Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos

Vereador João Marques (CDU): Acção Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Documentação

Vereador António Pinetra (CDU): Obras Municipais, Abastecimento de Água, Saneamento, Serviços de Apoio Operacional, Vigilância

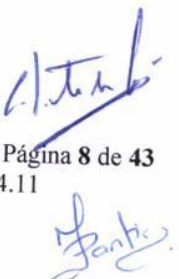
Vereadora Maria de Lurdes Vacas de Carvalho (PSD): Protecção Civil, Gestão de Infra-estruturas Económicas excepto ZIA e Mercados e Feiras (a partir de Abril)

3.3. Actividade Municipal em 2010

A Actividade Municipal em 2010 é, de seguida, exposta sinteticamente e disponibiliza dois documentos de suporte:

O Relatório de Actividades (RA) não incluídas na Execução Anual do PPI e que legalmente não é obrigatório;

A Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI).



No que diz respeito ao RA, manteve-se a opção de o elaborar procedendo a uma síntese de cada acção. Evita-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

No que diz respeito à EAPPI, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características técnicas intrínsecas quer factores transitórios inerentes à sua gradual implementação. Quanto às primeiras, nota-se que, de acordo com o POCAL, este documento mostra o efectivamente pago. Ora, registando-se os pagamentos e não as liquidações, o EAPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EAPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o Investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EAPPI. Quanto aos segundos, temos vindo a aumentar gradualmente o rigor dos registos. Contudo, vivendo-se ainda uma fase de transição na sua implementação mas também por imposição do POCAL, não é possível garantir uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento.

Os códigos, explicitados ao longo deste texto permitem remeter para o RA e/ou para a EAPPI. Os códigos correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acção (10 dígitos).

3.3.01. Promover a Democracia Participada

Sendo princípio e característica política diferenciadora do nosso projecto autárquico, foi concretizada como prioridade a opção programática de promover a democracia participada como pilar de uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Avançámos com os programas e acções de auscultação e promoção da participação cívica na gestão municipal quer ao nível dos trabalhadores do Município quer das instituições locais quer das populações. Em termos gerais, o trabalho proposto foi concretizado.

Sem abdicar dos princípios, procurámos os consensos possíveis, desde que não redutores da democraticidade interna, para criar um bom ambiente de funcionamento e participação democráticas no âmbito do Executivo Municipal.

Vivemos uma época de preocupante empobrecimento democrático, de desvalorização da participação cívica, de descredibilização da política e dos órgãos institucionais democráticos, de apelos e iniciativas legislativas redutoras da democraticidade do sistema político oriundo da Revolução de Abril. A democracia, sobretudo se a queremos participada pelas cidadãs e cidadãos, requer sempre exercício, correcção de erros, constante melhoria e aperfeiçoamento. Foi o que procurámos fazer.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.) e participações institucionais (código 01.06.).

3.3.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito, concretizámos dois programas.

O Programa de auscultação não institucional (RA-01.01.01.) onde se asseguraram diversas acções como encontros e atendimentos à população, plenários e reuniões diversas.

O Programa de estruturas consultivas locais de participação (RA-01.01.02.) Atendimento no Cíborro 15 e o funcionamento das estruturas cuja contribuição consideramos da maior importância. O Conselho Cinegético tem sido de difícil recomposição por algum desinteresse das entidades pois, como já foi notado, o Governo retirou-lhe a sua intervenção fundamental. O funcionamento da Rede Social

continuou a mostrar-se fundamental para debate e proposta de respostas aos crescentes problemas sociais do concelho.

3.3.01.02. Aprofundamento da Democracia Política

Cumprimos os programas abaixo:

No Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (RA-01.02.01.) continuámos a denunciar a intenção de alterar e empobrecer o actual sistema político local (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do numero de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e afirmámos a necessidade de aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento.

Assume importância crescente, face ao neo-liberalismo, a defesa do serviço público contra a privatização e a denúncia dos ataques à autonomia do Poder Local, nomeadamente, quanto ao brutal corte de verbas e recursos e à imposição de leis de regressão social com relevo para a precarização dos vínculos dos funcionários públicos.

No Programa de defesa da regionalização (RA-01.02.02.) continuámos a defender a institucionalização das Regiões Administrativas, cumprindo a vontade expressa pelo voto dos Montemorenses, pela democratização do poder regional, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional institucionalizando, conforme preceito constitucional e necessidade para o desenvolvimento, as regiões administrativas.

No Programa de descentralização local (RA-EAPPI-01.02.03.) onde, apesar das restrições económico-financeiras que nos foram impostas, mantivemos a significativa descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, nomeadamente através do Protocolo de Descentralização de Competências e Meios e do Protocolo de Cooperação Câmara / Juntas de Freguesia e outras acções de cooperação (onde a colaboração institucional e a descentralização de meios apoia a autonomia e competências próprias das Freguesias).

No Programa para o associativismo inter-municipal (RA-01.02.04.) participámos activamente na transição da AMDE para a CIMAC e contribuimos activamente para a gestão, negociação e consensualização de posições no âmbito da subvenção global contratualizada do QREN.

Na área do turismo, e apesar das críticas que mantemos ao processo governamental de liquidação da Região de Turismo de Évora, estrutura associativa intermunicipal, assegurámos a integração e o normal funcionamento com a Turismo do Alentejo, ERT, ainda que mantendo uma voz autónoma e em defesa do desenvolvimento turístico do Concelho e da Região.

Participámos em várias redes informais ou formais de associativismo, como a rede "Corredor Azul" (acesso à Europa com base no eixo da A6 e da porta atlântica de Sines) ou a "Rede de Economias Criativas" (para a criatividade e a inovação e que inclui municípios de várias regiões do país) na perspectiva de projectos comuns que possam ir além da obtenção de verbas comunitárias.

Empenhámo-nos, de igual forma, em assegurar o funcionamento da AMAMB, estrutura associativa fundamental para garantir as candidaturas do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento e que, pela sua acção, deu um contributo determinante ao êxito da negociação da Parceria Pública na área da água e saneamento. Contudo, confirmou-se que esta estrutura deve ser reavaliada para se apurar da sua vantagem futura no novo quadro existente.

Participámos activamente no Conselho Geral da GESAMB, EIM, empresa que tem demonstrado a sua capacidade para garantir, no sector público local, a recolha de resíduos para reciclagem e o tratamento dos RSUs no nosso distrito.

3.3.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

O fomento da dinâmica popular (RA-01.03.) é uma orientação estratégica central da política municipal. Estamos a concretizar esta opção fundamental em duas áreas distintas e complementares: a participação da população no Poder Local, incentivando formas várias de participação popular e a dinamização do movimento associativo. Este está gravemente afectado pela política de redução de apoios da administração central, razão porque procurámos manter os nossos apoios. Mantivemos diversas formas de parceria e participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos).

3.3.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A par da permanente disponibilidade para o diálogo, colaboração e negociação institucional, a Câmara assumiu igualmente, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Esta postura, aliada à luta popular desencadeada em anos anteriores, tem obtido resultados que valorizamos:

Está em conclusão a intervenção para criar melhores condições de acolhimento aos milhares de visitantes e requalificar a Gruta do Escoural. Foi possível reabrir, infelizmente a espaços e sem a regularidade pretendida, o Centro Interpretativo existente na vila;

Foi concluído o projecto-base de arquitectura (da responsabilidade do Arq. José Filipe Ramalho da Direcção Regional de Cultura do Alentejo) para a recuperação do Convento da Saudação e a instalação do novo Centro Nacional de Artes Transdisciplinares com base numa parceria entre Câmara / Espaço do Tempo (Rui Horta) / Ministério da Cultura; finalmente, foi assinado um Protocolo entre a Câmara e a DRC Alentejo sobre a matéria;

Não foram encerradas escolas do ensino básico como chegou a ser anunciado;

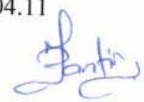
Está em conclusão o projecto para o novo Centro de Saúde, incluindo o SUB, a instalar em terreno cedido pelo Município. Com apoio do Ministério da Saúde, o Hospital de S. João de Deus abriu uma Unidade de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Paliativos o que configura importantes passos na implementação do Parque Integrado de Saúde;

Ainda que, incompreensivelmente sem a aprovação da candidatura, está em implementação a Parceria Pública e o Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento (em alta), parceria esta que salvaguarda o carácter público do sistema e garante o investimento necessário.

Tais compromissos não nos inibiram de exigir, porque justo e necessário a melhores condições de vida das populações, a reabertura dos Postos Médicos encerrados nas freguesias nomeadamente em S. Geraldo, Fazendas do Cortiço, S. Brissos e Baldios. No caso de S. Geraldo (e do Cortiço), mantém-se uma ridícula e absurda teimosia insustentável: o médico passa a meia dúzia de metros do Posto Médico encerrado com boas instalações e bem equipado e segue para o Ciborro, a 6 kms de distância, com a população atrás do médico para consulta no Ciborro!

Continuámos a denúncia e a luta em defesa da autonomia do Poder Local Democrático, contra as medidas centralistas de penalização das Autarquias Locais, nomeadamente as decorrentes dos PECs I e II.

Paralelamente, adoptámos uma atitude de proposta fundamentada, de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções com reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.



Batemo-nos pela necessidade de novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (RA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (RA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É o caso exemplar e incompreensível do não avanço da elaboração do plano de ordenamento da Barragem dos Minutos, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, o que pode pôr em causa a qualidade da água para futuro abastecimento público.

3.3.01.06. Participações Institucionais

Assegurámos importantes participações institucionais (RA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional). Releva-se a diversificada participação da Câmara em várias Redes (só com Municípios ou com outras instituições) de que se destaca a Rede Corredor Azul e a Rede de Economias Criativas, no âmbito da promoção do território e da criatividade. E ainda a participação na AMDE e na CIMAC (em termos regionais), na ANMP (em termos nacionais) e no Comité das Regiões da UE (em termos internacionais).

3.3.02. Inovar Montemor

As dificuldades de implementação de um Programa para a Inovação são, como a experiência já revelou, grandes e são incrementadas em períodos de contracção e cortes orçamentais. Adaptámos em baixa as nossas expectativas e centrámos na Câmara este programa ainda que não perdendo de vista as possibilidades de o alargar a outras entidades.

Esta opção programática (código 02) concretiza-se em duas sub-funções: modernizar a Câmara, melhorar o serviço público (código 02.01.) e fomentar a inovação (código 02.02.).

3.3.02.01. Modernizar a Câmara, Melhorar o Serviço Público

Esta aposta cujo objectivo é garantir a continuidade da modernização e inovação na Câmara, aplicou os seguintes programas:

O Programa para Organização dos Serviços (RA-02.01.01.) iniciou uma adaptação do funcionamento da Câmara para melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade. Adaptámos também a organização de serviços à nova legislação ainda que uma reorganização de serviços só avance em 2011.

No Programa para o Pessoal (RA-02.01.02.) assegurámos a melhoria das condições de trabalho (as instalações degradadas do antigo matadouro foram abandonadas e criadas novas condições), apesar das dificuldades económico-financeiras; a formação prosseguiu quer com o funcionamento do Plano Anual de Formação com a CIMAC, quer no apoio à aquisição de novas competências por dezenas de trabalhadores, quer com o curso de altos dirigentes para chefes de divisão; e a participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. A introdução do novo SIADAP 1,2,3 – que aumentou a confusão e a pesada burocracia da avaliação e que confirma as duras críticas que lhe fazemos nomeadamente pelos níveis de injustiça, conflitualidade, afectação de carreiras e remunerações e desmotivação, entre outras, que impõe! – dificultou a aplicação mas manteve-se o esforço para minimizar os constrangimentos intrínsecos e as profundas desadequações face à realidade.

Ao longo de 2010, concluímos a quase totalidade dos concursos de admissão de pessoal para substituição de postos de trabalho a prazo por postos de trabalho permanentes, o que permitiu emprego seguro e com direitos a vários trabalhadores.

Aplicámos igualmente a opção gestonária que abrangeu 60 trabalhadores, permitindo-lhes melhorar um pouco a sua situação profissional que tinha sido congelada pelo Governo.

O Programa de Modernização das Instalações Municipais (RA-EAPPI-02.01.03.) não registou grandes investimentos tendo as verbas sido canalizadas para outras necessidades do Concelho, nomeadamente, de carácter social. Ainda assim, foram feitas intervenções e melhorias pontuais. O Programa de Modernização de Equipamentos (RA-EAPPI-02.01.04) assegurou uma continuada actualização dos equipamentos apesar das fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.

O Programa de Valorização do Município (RA-EAPPI-02.01.05.) centrou-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho e na comunicação ainda que com restrições orçamentais.

O Programa de Documentação (RA-EAPPI-02.01.06.) continuou o trabalho de reforço e modernização de um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal.

3.3.02.02. Fomentar a Inovação

Esta é uma actividade que se ressentiu muito da crise. Ainda assim, procurámos oportunidades em diversas áreas mas centrámos a nossa actividade nas parcerias inter-municipais.

No Programa para as Novas Tecnologias (RA-EAPPI-02.02.02.) destaca-se o funcionamento do Évora Distrito Digital (EDD), o projecto da Rede Comunitária do Distrito de Évora e ainda outras áreas que não só as tecnologias da informação.

A Rede Comunitária do Distrito de Évora (anel de comunicações em fibra óptica) aposta em colocar o distrito na vanguarda do uso das tecnologias da informação e ainda em criar um importante factor de competitividade empresarial e institucional. O projecto assenta em duas vertentes. A primeira, considerada requisito fundamental, é possibilitar a interligação de todas as sedes de concelho e é denominada Rede Comunitária Nível 1. A segunda, denominada Rede Comunitária Nível 2, visa implementar redes empresariais nos Parques Empresariais/Industriais dos 14 Municípios potenciando o desenvolvimento e o acesso a serviços comuns. As duas redes complementam-se e permitem implementação e sustentabilidade do projecto. Em 2010, iniciou-se a sua implementação e funcionamento normal.

O Programa da Carta Estratégica (RA-02.02.03.) tem sido afectado pela crise com o recuo de projectos de iniciativa ou índole privada mas registámos alguns avanços em programas e acções propostos. A avaliação deste programa é feita num Relatório próprio para onde se remete.

Confirmaram-se as dificuldades previstas no Programa de Apoio à Inovação (RA-02.02.04.) face ao cenário de crise. Destaca-se, contudo, o avanço em projectos inovadores como o Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, a Rede de Economias Criativas e alguns projectos municipais.

3.3.03. Fomentar a Economia e o Emprego

Mantêm-se actual o que escrevemos em anos anteriores:

“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.

Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que

[Assinaturas]

despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade da destinação. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos AG 21 Local 1º Fórum o municipal para o desenvolvimento”.

O desenvolvimento económico e o emprego constituem, no contexto que acima descrevemos, uma prioridade estratégica permanente. Em 2010, o aprofundamento da crise nacional ampliada pela crise global do capitalismo, fez retrair as intenções de investimento, aumentou a incerteza quanto à implementação da maioria dos projectos e investimentos negociados. Ainda assim, concretizaram-se importantes investimentos no concelho.

Esta prioridade estratégica (código 03) apostou no planeamento estratégico (código 03.01.) e na diversificação, expansão e dinamização da base económica (código 03.02.).

3.3.03.01. Planeamento Estratégico

No Programa de Instrumentos de Intervenção Estratégica (RA-03.01.01.) incrementou-se a elaboração da Agenda 21 Local e iniciaram-se os trabalhos preparatórios do futuro Fórum Económico do concelho.

3.3.03.02. Diversificar, Expandir e Dinamizar a Base Económica

O diversificação, expansão e dinamização da base económica, pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento local, foi dificultada pela crise que atingiu pesadamente, sobretudo as pequenas e médias empresas. Registaram-se várias falências e encerramentos (por exemplo, da Panificadora, empresa com tradição na cidade e no concelho) com perdas de postos de trabalho e de criação de riqueza.

Contudo, e apesar das condições adversas, há que destacar a realização de investimentos importantes quer de criação de novas unidades quer de expansão. Destacamos, pela sua importância:

- A expansão da AIS, fábrica de componentes para automóvel, que criou cerca de 30 postos de trabalho adicionais;*
- O início do investimento na ZIA da Ecofur, nova empresa de produção de carvão vegetal com tecnologia inovadora;*
- A concretização da 1ª fase do novo complexo turístico L'And Vineyards que se prevê iniciar o funcionamento no primeiro semestre de 2011.*

O Programa de Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (RA-EAPPI-03.02.01.) centrou-se na revisão e conclusão do projecto para o futuro Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a instalar na ZIA, que sofreu assim algum atraso e ainda na reformulação do estudo-base para a requalificação do Mercado Municipal.

O Programa de Promoção da Economia do Concelho (RA-03.02.02.) promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho. Apesar da crise, fizemos novos contactos com potenciais investidores e acompanhámos as intenções de investimento já identificadas. Na Feira da Luz, apostámos numa grande divulgação dos nossos produtos através da Exposição de grande qualidade patente no Pavilhão e visitada por milhares de pessoas. Um ambicioso programa de animação do Mercado Municipal, com a valiosa e empenhada colaboração de munícipes organizados na Rede de Cidadania (iniciativa que saudamos), foi lançado e procura revitalizar aquela estrutura económica tradicional. Realce ainda para o 7º Festival de Sopas e para a 7ª Feira do Pão e da Doçaria, certames de significativa promoção e atractividade ao concelho.

Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico (RA-EAPPI-03.02.03.) assentaram em programas de iniciativa municipal com destaque para o FAME (que, compreensivelmente, quase não teve procura), para o programa de apoio aos pequenos e médios agricultores e para a campanha de apoio e dinamização do comércio tradicional, iniciada em 2009 e agora alargada e sistematizada.

No Programa de Dinamização de Actividades (RA-03.02.04.) reforçámos a aposta no turismo onde, como assumido, integrámos a Turismo do Alentejo, ERT nas condições que identificámos e lançámos, com êxito, uma iniciativa sobre o património histórico, artístico e natural. Um programa diversificado de iniciativas procurou, também, atrair visitantes ao concelho.

No Programa de Participação em Projectos de outras Entidades (RA-03.02.05.) colaborámos com instituições locais e regionais (ADRAL, AMDE, CIMAC, Municípios, etc.) em acções e projectos com vista ao desenvolvimento económico.

(Nota: O ponto 3.3.04. não existe por questões técnicas de codificação do RA e EAPPI.)

3.3.05. Qualificar o Território

O ordenamento, a gestão do território, o uso planeado do solo, o urbanismo de qualidade, o apoio à habitação como instrumentos do desenvolvimento sustentável e integrado manteve-se como prioridade estratégica.

Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da rede viária (código 05.04.), do património edificado (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e da energia (código 05.08.).

3.3.05.00 Gestão Urbanística

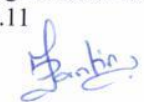
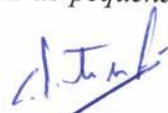
No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) regista-se a revisão do regulamento municipal de publicidade e a elaboração do regulamento de esplanadas, com o objectivo de reforçar a intervenção de qualidade no espaço público. De referir também a continuidade os trabalhos desenvolvidos no âmbito do sistema de informação urbanística, na organização e uniformização geográfica e na definição de informação geográfica no âmbito dos PMOT's, agilizando os procedimentos internos e permitindo a curto prazo a consulta "on-line" de um conjunto de informação à gestão urbanística.

3.3.05.01 Planeamento

O Planeamento (05.01.) procurou compatibilizar o interesse público e colectivo com os interesses privados e particulares, naturalmente prevalecendo os primeiros em caso de insanável conflito. Particular atenção foi dada às legítimas expectativas da população e às iniciativas de agentes económicos que visam a criação de emprego e o investimento.

Foram os seguintes os programas aplicados:

O Programa de Ordenamento do Território (RA-05.01.01.) centrou-se na preparação de informação com vista ao início do processo de revisão do PDM e no acompanhamento de planos em curso, nomeadamente no Plano de Pormenor da Rebola (em fase de conclusão). De referir também a entrada em vigor (em Agosto) do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT), com normas claramente penalizadoras para os particulares, com relevo para a proibição de construção em propriedades com menos de 4ha. A manter-se esta medida em vigor, será mais um passo para agravar o despovoamento do interior, contribui para o abandono do espaço rural e desvaloriza as pequenas propriedades.



O Programa de Planeamento Urbano (05.01.03.) incidiu sobre o acompanhamento da elaboração do Plano de Pormenor da ZIA e trabalhos associados, como sejam a avaliação ambiental estratégica do Plano, o Plano de Gestão Florestal e a Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, que exigiram a articulação da participação e consulta a várias entidades da Administração Central.

3.3.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política contribuiu, pelo efeito económico multiplicador da construção civil, para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.

Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) temos vindo a aplicar um novo tipo de gestão sistemática e integrada do parque habitacional propriedade do Município, nomeadamente da habitação social, com vista a uma maior e mais eficaz intervenção da Câmara no apoio aos munícipes de menores recursos.

O Programa de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) continuou a assegurar a aplicação do Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário"- Eixo 5 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade, com a adaptação de procedimentos internos de análise, divulgação e recepção de processos.

Com o Programa de Terrenos Municipais (05.02.03.) procurámos aplicar uma política que desincentive a especulação urbana dos solos; disponibilizámos novos lotes, a baixo custo, em loteamentos municipais; tentámos negociar terrenos em localidades (St.Sofia, Lavre, Cabrela, Escoural, Casa Branca, S. Cristóvão, Cortiçadas de Lavre) com escassez de oferta e/ou procura, procurando soluções alternativas. Neste caso, foi possível concluir com êxito negociação de terrenos em Cortiçadas de Lavre. Em 2010, continuámos a desenvolver projectos para loteamentos municipais (Escoural) e para outros terrenos cuja resolução se arrasta há muitos anos (Cortiço, Foros de Vale de Figueira, S. Cristóvão).

No Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação (05.02.04) estimulámos detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria.

3.3.05.03. Qualidade Urbana

O Programa de Estudos/Projectos (RA-05.03.01.) assegurou a realização interna de um importante conjunto de projectos e acompanhou outros executados no exterior. O volume de projectos aumentou significativamente, acrescido da complexidade dos mesmos quanto ao número de especialidades obrigatórias, pelo que o recurso a trabalho externo continuou a crescer.

O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) assegurou um importante conjunto de intervenções. Uma importante parte dos trabalhos foi assegurada por administração directa, valorizando assim as estruturas municipais, quer dos sectores de apoio à produção, quer dos viveiros municipais.

O Programa de Reabilitação Urbana (05.03.04) centrou-se na preparação de projectos, processos de concurso e formalização das candidaturas ao QREN - Programa POLIS XXI/Parcerias para a Regeneração Urbana - Montemor Pedra a Pedra, bem como o acompanhamento das acções dos parceiros. Na área do Centro Histórico da cidade, assegurou pequenas intervenções por administração directa e por empreitadas bem como o acompanhamento de projectos de instituições e de particulares.

3.3.05.04. Rede Viária

[Handwritten signature]
Página 16 de 43
[Handwritten signature]

Continuámos, em 2010, um significativo investimento na manutenção, recuperação e reabilitação da rede viária, urbana e não urbana, em todo o concelho. A equipa camarária permanente teve um papel fundamental nesta resposta mas recorreremos de forma significativa a empreitadas e prestações de serviços externas. Neste último caso, continuámos a assumir estas contratações como uma das medidas de combate à crise e apoio a empresas instaladas no concelho. Nos últimos anos, todo o concelho foi abrangido, a rede viária urbana mais degradada foi requalificada, foram efectuadas intervenções estruturais em várias estradas e caminhos rurais, num esforço considerável face à redução de recursos.

No Programa de Mobilidade, Circulação e Trânsito (RA-EAPPI-05.04.01.) demos continuidade ao investimento na segurança rodoviária com a melhoria da sinalização por todo o concelho. Da proposta de Plano de Circulação e Trânsito, foi elaborado estudo prévio da Av. Gago Coutinho (em fase de análise) e feito o levantamento de toda a sinalização vertical rodoviária na cidade.

O Programa de Qualificação da Rede Viária (RA-EAPPI-05.04.02.), como acima referimos, registou um investimento muito significativo quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais, por todo o concelho. Ainda que muito continue por fazer face à enorme dimensão da nossa rede viária, é visível o salto qualitativo dado.

3.3.05.05. Património Edificado

O Programa de Preservação do Património (RA-EAPPI-05.05.01.) acompanhou a elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções de conservação bem como a aplicação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. O Programa de Valorização do Castelo continuou a acompanhar a elaboração do projecto de recuperação e ampliação do Convento da Saudação e zona envolvente sendo ainda de realçar o trabalho desenvolvido pela Oficina de Arqueologia. Está a ser concluída a compatibilização entre o projecto de recuperação estrutural e o projecto de arquitectura para que, em 2011, se abra o concurso para a obra de recuperação do Convento de S. Francisco. Igualmente se avançou para o projecto de recuperação do Moinho do Ananil com financiamento garantido na Rede de Economias Criativas.

3.3.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio que incluiu o acompanhamento e fiscalização de obras e centrou-se nas obras e loteamentos de particulares (RA-05.06.01.) estimulando, apesar da enorme quebra imposta pela crise, a dinâmica de iniciativa dos cidadãos.

3.3.05.07. Gestão de Solos

No Programa de Bolsas de Terrenos (EAPPI-05.07.01.) salienta-se a continuidade do trabalho de regularização de perímetros e terrenos de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento. Obtiveram-se ainda, por cedências, terrenos para futuros equipamentos colectivos, para zonas verdes e para infra-estruturas.

3.2.05.08. Energia

O Programa de Iluminação Pública (EAPPI-05.08.01.) garantiu, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública. Recorda-se que, em parte, este Programa insere-se no contrato de concessão à EDP, SA, contrato aquele que regula o tipo de financiamento a suportar pela Câmara. Em curso, estão vários sistemas de optimização energética.

3.3.06. Preservar e Valorizar o Ambiente

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a continuação da presença humana na paisagem e as boas práticas agro-pecuárias tem constituído uma das primeiras prioridades desta Câmara nos últimos anos a que foi dada continuidade.

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e constituem prioridade fundamental como são, nomeadamente, os casos da garantia de abastecimento de água e de saneamento, a recolha, selecção e tratamento do lixo. A nossa opção e intervenção visaram compatibilizar Ambiente e Desenvolvimento Sustentável naturalmente com a presença humana.

Defendemos o cumprimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável que assegure respostas estruturais aos problemas do País, face aos desafios que enfrenta e aos compromissos assumidos internacionalmente e que os municípios, no âmbito das suas competências, embora com escassos recursos, procuram resolver.

Valorizámos, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável, o nosso Património Ambiental, continuámos a enfrentar e a procurar soluções para os principais problemas ambientais, procurámos garantir o aumento da qualidade de vida e a preservação do ambiente numa perspectiva inovadora e com recurso a novas tecnologias.

Esta opção programática (código 06) integrou a promoção e defesa do meio ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).

3.3.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, concretizámos dois programas:

O Programa Eficiência Energética e Energias Limpas (RA-06.01.01) através da criação de um grupo de trabalho interno, multidisciplinar permitiu a realização de um diagnóstico e a definição de uma estratégia de intervenção nesta área, prioritariamente dirigida à actividade municipal, mas que se perspectiva envolver todos os cidadãos.

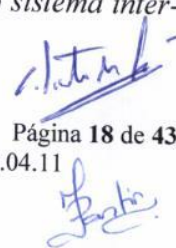
O Programa de Defesa do Meio Ambiente (RA-EAPPI-06.01.02.) deu atenção ao Programa Integrado para a Actividade Pecuária e acompanhamento de processos de licenciamento em todo o sector pecuário. Pese embora as alterações legislativas terem retirado poder de intervenção às Câmaras Municipais mantêm-se as actividades de fiscalização e acompanhamento de reclamações.

3.3.06.02. Conservação da Natureza

Nesta área (RA-EAPPI-06.02.01), foi feito o acompanhamento e implementação do PIER de Monfurado (1ª fase), culminando um processo inovador e participativo em Sítios da Rede Natura 2000, dando cumprimento aos objectivos do projecto GAPS, Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado. Foram desenvolvidas outras iniciativas relevantes na perspectiva de compatibilizar a conservação da natureza com a ocupação humana e o desenvolvimento de actividades e ela associadas, passeios pedestres, educação e sensibilização ambiental.

3.3.06.03. Saneamento

A cobertura urbana integral do Concelho pela rede de saneamento básico é o nosso objectivo central. A sua concretização exige, como temos afirmado e demonstrado, a melhoria dos sistemas municipais e a obrigatoriedade de constituição de sistemas supra-municipais, face ao volume de verbas necessárias. Contudo, e apesar dos nossos esforços não foi possível alcançar aquele objectivo no mandato cessante dado o boicote do Poder Central à criação e financiamento do nosso sistema inter-municipal.



Recorde-se que defendemos a preservação do sistema e da gestão públicas deste sector face à sua importância crucial para as condições e a qualidade de vida das populações. Durante mais de 8 anos de boicote às nossas propostas, pugnámos por uma solução que evitasse a privatização do abastecimento de água e saneamento que cortaria o acesso de parte da população àquele bem essencial à vida e endividaria insuportavelmente os Municípios.

Em 2009, e após difíceis e complexas negociações, foi possível acordar e assinar com o Governo e as Águas de Portugal uma Parceria Pública Estado / Municípios para criação de um Sistema Público para o Abastecimento de Água e Saneamento no Alentejo. Apesar das fortíssimas pressões que sofremos, não abdicámos da defesa das populações e do interesse colectivo dos Montemorenses opondo-nos à entrega da água para negócio privado de alguns e garantindo o acesso de todos a este bem público indispensável à vida. Em 2010, a Parceria começou a funcionar e foi criado sistema público supra-municipal.

Registámos, sem surpresa, que um conjunto de Municípios do Alentejo e do distrito de Évora, que tinham quebrado o acordo para a constituição de um sistema inter-municipal público e aderido ao sistema multi-municipal, assumiram publicamente o negócio ruinoso que fizeram e pretendem abandonar aquele sistema!

Implementámos dois programas:

O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (RA-EAPPI-06.03.01.) onde assegurámos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Destaca-se a inauguração e entrada em funcionamento pleno das novas ETARs de Silveiras e S. Cristóvão. Num esforço significativo, continuámos a reforçar, em todas as zonas rurais do Concelho, a limpeza e remoção para tratamento em ETAR de efluentes de fossas domésticas privadas.

O Programa da Parceria Pública para o Saneamento (RA-06.03.02.) centrou-se no funcionamento da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública e nas negociações com a empresa Águas Públicas do Alentejo, entretanto criada, para a definição do programa de investimentos e de gestão no nosso Município. A candidatura ao Fundo de Coesão ainda aguarda aprovação pelo que o calendário de investimento no concelho está mais atrasado do que o previsto.

3.3.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) aplica-se ao abastecimento de água mas, neste caso, já atingimos a cobertura urbana integral e estamos mesmo a alargar a rede a zonas rurais.

A questão do abastecimento de água é, fundamentalmente, a de assegurar, face à escassez, origens suficientes e adequadas de água, o seu tratamento e adução. Os nossos esforços políticos e técnicos centraram-se neste ponto e em dois programas.

No Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (RA-EAPPI-06.04.01.) mantivemos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. A falência do empreiteiro atrasou a conclusão da rede de abastecimento de água a Fazendas do Cortiço.

O Programa da Parceria Pública para o Abastecimento de Água (RA-06.04.02.) centrou-se no funcionamento da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública e nas negociações com a empresa Águas Públicas do Alentejo, entretanto criada, para a definição do programa de investimentos e de gestão no nosso Município. A candidatura ao Fundo de Coesão ainda aguarda aprovação pelo que o calendário de investimento no concelho está mais atrasado do que o previsto.

A. J. T. M.

António

3.3.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais acções decorreram do Programa Sistema Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos (RA-06.05.01) onde se manteve em funcionamento o sistema municipal de recolha de resíduos de construção e demolição e de resíduos volumosos, em todo o concelho, em 2010 já com a necessidade de cobrança de taxas, de acordo com obrigações legais. Continuámos o esforço de investimento na renovação de equipamentos, numa perspectiva de qualificação do ambiente urbano.

O Programa do Sistema Intermunicipal de Recolha e Tratamento de Resíduos (RA-EAPPI-06.05.02.) manteve a participação no Sistema Intermunicipal e a colaboração com a GESAMB, EIM. Decorreram negociações para a criação de um sistema regional de reciclagem de RCDs e integração da nossa Unidade Piloto.

Por opção, o actual tarifário está longe de cobrir os correspondentes custos dos RSUs. A Câmara continuará a suportar, como custo social, a recolha integral e uma parte substancial do tratamento dos RSUs. Procurámos reduzir o défice através de uma actualização tarifária, do aumento da recolha selectiva no Concelho e de outros ajustamentos ao sistema de recolha. Foi dada particular atenção à campanha de sensibilização “Agir para Separar e Reciclar” que com um conjunto de acções dirigidas a públicos-alvo diferentes, obteve um balanço positivo e terá continuidade em 2011.

3.3.06.06. Higiene Pública

No Programa de Higiene Pública (RA-EAPPI-06.06.01.) registámos problemas decorrentes da falta de pessoal (saída ou doença de funcionários, dificuldades em efectuar novas contratações) tendo sido menor a eficácia na limpeza das localidades; assegurámos o funcionamento exemplar do canil municipal e diversas acções de prevenção e sensibilização.

3.3.07. Promover a Cultura, o Desporto e o Associativismo

A Actividade Sócio-Cultural, conceito a que atribuímos amplo sentido, é entendida como vector determinante para a estratégia de desenvolvimento local e, como tal, constituiu prioridade.

Ainda que bastante afectada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da actividade municipal desenvolvida nesta área. Em particular, reforçámos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho.

Agravaram-se as dificuldades, nomeadamente com os cortes quase totais verificados nos apoios concedidos quer pela Administração Central quer por outras entidades exteriores ao Concelho. Ainda assim, reforçámos o importante investimento municipal e o determinante apoio da Câmara às instituições locais, o que se revelou decisivo para alargar o já elevado e referenciado nível da actividade sócio-cultural concelhia.

O ano de 2010 fica assinalado pela inauguração da Biblioteca / Sala Multimédia em Cortiçadas de Lavre e pelos 50 Anos do Cine-Teatro Curvo Semedo.

Esta opção programática desenvolveu-se pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.) e pelo apoio às associações (código 07.05.).

3.3.07.01. Cultura

Prosseguimos o reconhecido trabalho que nesta área temos desenvolvido. Montemor continuou a afirmar-se como referência regional e nacional pela política cultural municipal, pela dinâmica das

nossas instituições, pela programação, pelo apoio a quem programa, pelo estímulo e apoio aos criadores.

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-07.01.01) englobou vários Ciclos de Programação e a descentralização cultural, promoveu o acesso da população em geral a eventos culturais de qualidade. Sustentámos os projectos culturais municipais como Biblioteca Almeida Faria, o Arquivo Municipal, a Galeria Municipal, a Oficina do Canto, a Escola de Ballet.

Assinalámos o Centenário da República com um ciclo de conferências que procurou fugir à banalidade deste tipo de comemorações dando um contributo para um melhor conhecimento da época quer em termos nacionais quer no concelho. Uma iniciativa que dignificou a data!

O Programa para o Património Cultural (RA-EAPPI-07.01.02.) mais do que obra, dificultada pelas condicionantes financeiras, procurou assegurar perspectivas e os projectos necessários a futuras intervenções

3.3.07.02. Desporto

Consideramos a actividade desportiva essencial para o desenvolvimento harmonioso e saudável das populações e foi nesse princípio que assentámos a nossa actividade.

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-07.02.01.) assegurou a promoção da prática desportiva através dos programas de promoção de prática desportiva, nomeadamente os protocolos para os escalões de formação, das escolas e escolinhas de formação, do programa “dar mais vida aos anos”, entre outros. Prosseguimos também com a promoção de eventos desportivos, como os Jogos do Município, a Volta ao Alentejo em Bicicleta, o Grande Prémio de Atletismo (organizado pelos Bombeiros Voluntários), entre outros. Destaca-se a continuidade de novas iniciativas como a Prova de Águas Abertas na Barragem dos Minutos. O novo Parque Desportivo Municipal está já em funcionamento pleno significando um salto qualitativo na actividade desportiva no concelho e continuando a dar apoio a grupos desportivos de fora do concelho.

No Programa de Planeamento (RA-07.02.02.) estudámos a criação de espaços de desporto informal e de um centro de aeronáutica para turismo, desporto e lazer.

3.3.07.03. Tempos Livres e Lazer

Releva-se (RA-EAPPI-07.03.) o trabalho da Oficina da Criança, espaço com uma lógica de funcionamento que ao longo de mais de 20 anos tem sido um pilar de referência nacional, e que tem na base dos trabalhos “oficinas”, lúdicas e de animação, a promoção do desenvolvimento pessoal e social inerentes ao conceito de cidadania.

A Oficina do Canto, sob a orientação de Maria do Amparo, a Escola de Ballet da CMMN, dirigida por Amélia Mendonça ou o Centro Juvenil mantém-se como referenciais da actividade municipal. Mas, muitas outras actividades foram desenvolvidas em âmbitos diversos e procurando diferentes públicos-alvo quer locais quer de fora do concelho. São exemplos: os “Dias Tranquilos” ou o “III Encontro de Marionetas”.

3.3.07.04. Equipamentos

No Programa de Equipamentos Culturais e de Lazer (RA-EAPPI-07.04.01.) continuámos algumas intervenções do Cine-Teatro Curvo Semedo bem como definimos um novo projecto de requalificação adaptado às possibilidades de financiamento. Concluímos o projecto da futura Oficina da Criança mas não lançámos a obra porque procuramos financiamento.

Contudo, o relevo vai para a inauguração da Biblioteca / Sala Multimédia em Cortiçadas de Lavre, uma aposta na descentralização cultural e na qualidade de vida nas zonas rurais.

Avançámos para a conclusão do projecto geral de requalificação do Convento de S. Francisco cujo concurso para obra pretendemos lançar em 2011.

No Programa de Equipamentos Desportivos (RA-EAPPI-07.04.02) assegurou algumas intervenções em infra-estruturas existentes mas não conseguimos avançar, por falta de financiamento, com algumas obras como a Pista de Atletismo ou o Polidesportivo do Escoural.

3.3.07.05. Apoio às Associações

O Associativismo, numa vertente formal ou informal, como expressão organizada da sociedade, é uma forma de apelo à responsabilização e intervenção dos cidadãos no desenvolvimento das comunidades onde estão envolvidos. A Câmara, ciente da importância das Associações para a dinâmica e desenvolvimentos locais, não só manteve o esforço que vinha fazendo como reforçou, apesar das condicionantes impostas pela legislação governamental, o nível da sua colaboração e dos seus apoios.

O Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (RA-EAPPI-07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (RA-07.05.02.) e às Associações Culturais (RA-07.05.03.) concedeu um significativo conjunto de apoios.

3.3.08. Apoiar a Juventude

Uma boa parte da actividade nesta área está centrada no Centro Juvenil, em crescendo de participação e dinâmica.

Num edifício e espaço aberto amplos, o Centro Juvenil oferece aos jovens áreas de actividades e salas de apoio diversas que vão desde as artes plásticas a um estúdio de música, desde a iniciação ao cinema de animação à sala multimédia, desde o espaço sem tabus (para incentivar a abordagem de problemas sentidos pelos jovens) às áreas de puro lazer. Respeitando integralmente a autonomia e a individualidade dos jovens, desafia-se a criatividade, a irreverência, a capacidade dos jovens ...

Apoiámos, dinamizámos e criámos eventos de e para os jovens; procurámos atribuir ferramentas e condições para que os jovens criassem e/ou desenvolvessem dinâmicas próprias num momento em que as políticas do Poder Central, agravadas pela crise interna e pela crise geral do capitalismo, estão a afectar gravemente este sector da população e cresceram as dificuldades para os jovens e para a sua fixação no interior do país.

Apesar da dinâmica do Centro Juvenil e das actividades ali desenvolvidas ou fomentadas, com os programas de voluntariado jovem (arqueologia, ambiente, protecção civil), com o programa de estágios, com o apoio à formação, com a crescente participação dos jovens em actividades associativas e de instituições locais, há necessidade de manter uma contínua busca de uma melhor intervenção neste sector fundamental para o Concelho.

3.3.08.01 Juventude

O Programa de Infra-estruturas (EAPPI-08.01.01) correspondeu, em grande parte, a equipamentos e outras intervenções efectuadas no Centro Juvenil.

No Programa Dinamização de Actividades (RA-08.01.02) assegurámos o pleno funcionamento do Centro Juvenil. Destaca-se o programa de apoio específico à juventude que procura incentivar a sua fixação, nomeadamente incentivos e apoio à habitação para jovens, o programa de voluntariado

jovem (abrangendo as áreas da arqueologia, ambiente e protecção civil), os programas de estágios profissionais e os programas de formação profissional.

3.3.09. Qualificar o Ensino, Promover a Educação

Em 2010, voltámos a viver na Educação, e em consequência das políticas governamentais, dias de instabilidade e incerteza, sobretudo, pela intenção de encerramento de 4 escolas do ensino básico em sedes de freguesia (Cabrela, Silveiras, Lavre e S. Cristóvão). Conseguimos evitar, em conjunto com as Juntas de Freguesia e pais, aqueles encerramentos que teriam efeitos desastrosos para aquelas freguesias, para os alunos e respectivas famílias.

Mantiveram-se as pressões para a passagem de responsabilidades governamentais (por exemplo, de funcionários) para o Município, passagem essa que não aceitámos porque, ao contrário do anunciado, não estamos perante um processo de descentralização mas, antes, perante um processo de desconcentração, tutela e sobrecarga de custos para os Municípios. Constatamos, agora, que vários Municípios anunciaram que iriam terminar os acordos com o Governo por se revelarem altamente penalizantes!

A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para um desenvolvimento global. Cumprimos e ultrapassámos as competências que detemos nesta área onde atingimos objectivos que o Governo só se propõe alcançar a médio prazo, como é o caso da cobertura a 100% das refeições escolares.

Continuámos a exigir do Poder Central o indispensável apoio ao investimento que projectámos para melhorar as condições estruturais do parque escolar bem como a definição de políticas que induzam estabilidade no sistema de ensino, rentabilizando e potenciando os recursos existentes.

Apesar de discordar das alterações legislativas introduzidas pelo Governo (menor democraticidade na gestão, recuperação da figura do antigo “director de escola”), a Câmara participou activamente nos órgãos onde tem assento e nos quais marcou as suas posições em defesa da escola pública para todos e de uma gestão democrática das escolas.

Esta opção programática explana-se nos equipamentos escolares (09.01), na acção social escolar e transportes escolares (09.02), na dinamização de actividades (09.03) e em outras actividades (09.04).

3.3.09.01. Equipamentos Escolares

No Programa de Equipamento do Ensino Pré-Escolar (RA-EAPPI-09.01.01.) demos continuidade a um significativo conjunto de obras de requalificação.

No Programa de Equipamento do Ensino Básico (RA-EAPPI-09.01.02.) concluímos várias obras de requalificação de escolas que, pela sua profundidade, obrigaram a alterações de várias turmas deslocalizando-as para outros estabelecimentos de ensino ou outras instalações. Com a colaboração de toda a comunidade escolar, foi possível – apesar das obras – assegurar a normalidade de funcionamento do ano lectivo.

No âmbito das nossas competências, que incidem essencialmente no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico, insistimos nos necessários financiamento no âmbito do PORA para assegurar acções de reestruturação e beneficiação dos equipamentos. Recordar-se que, tendo obtido um acordo para financiamento parcial por fundos comunitários do QREN, do futuro Centro Escolar de Montemor-o-Novo, a instalar junto à Piscina Coberta e que terá 10 novas salas para o pré-escolar e para o ensino básico, lançámos o concurso, prevendo-se o início da obra em 2011.

3.3.09.02. Acção Social Escolar e Transportes Escolares

cl. t. m. b.
António

De forma responder ao agravamento da situação económica e social das famílias, originada pelo aprofundamento da crise que se vive no País, a Câmara reforçou significativamente estes apoios através do Programa Integrado de Apoio Social "Mor Solidário", no segundo ano de vigência. Assim, o Programa de Acção Social Escolar (RA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (RA-09.02.02.) alargaram a concessão de um imenso apoio social. Reforçámos as componentes de apoio à família, no que respeita às competências das autarquias, e nas suas várias facetas com destaque para o apoio à dinamização e funcionamento de ATL'S.

3.3.09.03. Dinamização de Actividades

Concretizámos o Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-09.03.) nas suas várias vertentes, desportivas (09.03.01.), culturais (09.03.02) e recreativas (09.03.03) que são um complemento essencial à formação.

3.3.10. Promover a Justiça Social e a Saúde Pública

A crise geral do capitalismo despoletada em 2008 e que ampliou a crise nacional veio, ao menos, deixar claro que a prossecução das políticas neo-liberais se traduz, a prazo, em consequências dramáticas para a economia global e, particularmente, para os trabalhadores e para a maioria da população. Infelizmente, os responsáveis políticos e económicos pela actual crise parecem não querer aprender com as lições da triste realidade que vivemos e insistem nas políticas e nas medidas que nos conduziram a este estado. Em Portugal e no nosso Concelho tais políticas seguidas quer pelo Governo quer pela UE agravaram duramente, com o OE e os PECs, os problemas sociais, do desemprego e da precariedade, das dificuldades de vida da generalidade dos portugueses e dos Montemorenses.

A Câmara vinha já desenvolvendo um vasto conjunto de programas e acções nesta área. Para além de cumprir com as suas limitadas competências, a Câmara foi muito além daquelas, providenciando um apoio essencial e directo à população mais carenciada bem como às instituições que as enquadram com todo o seu trabalho meritório e muitas vezes voluntário. A actividade da Câmara nesta área esteve assente no Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário", lançado em 2009 mas também na Rede Social.

Executámos os programas de Acção Social e Saúde (10.01).

3.3.10.01 Acção Social

No âmbito da Acção Social (RA-EAPPI-10.01.01.) o destaque vai para a aplicação do Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário", já acima referido, que integra 6 Eixos a saber:

Eixo1: Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações Humanitárias (AHs) e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPIs)

Eixo 2: Reforço da Acção Social Escolar

Eixo 3: Concessão de bolsas de estudo de cariz social

Eixo 4: Inovar a habitação social

Eixo 5: Melhoria das condições de habitabilidade

Eixo 6: Cartão Social "Mor Solidário"

O Programa "Mor Solidário", recusando políticas assistenciais e/ou caritativas, apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhorias das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Ainda que seja apresentado de forma autónoma um balanço da execução deste Programa em 2010, regista-se desde já que:

- os Eixos 1, 2, 3 e 5 estão em execução plena e atingiram os objectivos sociais propostos;



- o Eixo 4 tem em execução o programa de requalificação das habitações sociais do Município mas não avançou nas parcerias com proprietários;
- o Eixo 6 tem progredido lentamente, situação a que não será estranha a necessidade de acertar procedimentos, confiança mútua, apoios nesta iniciativa de cariz específico.

Num quadro de significativo agravamento das condições sociais, continuámos a concretizar, face aos meios disponíveis, um conjunto de outros programas e acções: o acompanhamento directo e de situações de isolamento e de casos sociais, o realojamento social em parceria com outras entidades.

No âmbito da lógica comunitária, continuámos a dinamizar a Rede Social, estimulando o desenvolvimento social, potenciando os recursos locais como base de uma intervenção social sustentada, coordenada e sistematizada através do Plano de Desenvolvimento Local.

3.3.10.02. Saúde

O Programa para a Saúde (RA-10.01.02), área em que a competência municipal é reduzida e complementar, foi negativamente marcado pelo encerramento do Internamento Clínico do Centro de Saúde e do Posto Médico de Casa Branca e a não reabertura comprometida de outros Postos Médicos (S. Geraldo e Cortiço) em zonas rurais.

Na sequência da doação pelo Município, em direito de superfície e pelo período que durar o objecto do seu uso, do terreno, tem estado a avançar o projecto de execução e o concurso para a construção do novo Centro de Saúde e SUB. Temos aguardado a necessária informação para projectar quer as acessibilidades quer as infra-estruturas que se tornem necessárias.

Entretanto, continuam a registar-se centenas de montemorenses sem médico de família; continuam a registar-se muitas ausências às consultas programadas nos Postos Médicos das freguesias. E mantém-se o encerramento dos Postos Médicos de S. Brissos, Baldios, S. Geraldo, Cortiço a que acresceu o de Casa Branca. Os casos de S. Geraldo e Cortiço, como já se tem referido, ultrapassam os limites do bom senso e só uma incompreensível insensibilidade e cegueira política permite que se mantenham sendo que as responsabilidades desta situação recaem, quase por inteiro, nos responsáveis locais e regionais de saúde.

Registamos, com grande satisfação, a inauguração das novas Unidades de Cuidados Paliativos e de Convalescença, criados pela Ordem Hospitaleira no Hospital de S. João de Deus, e que foram integrados, por acordo com o Ministério da Saúde, na rede pública.

Mantivemos a restante e habitual actividade neste campo.

3.3.11. Assegurar Protecção Civil e Segurança

A responsabilidade pela Protecção Civil (RA-11.01.) continua a recair, em larga medida, sobre as autarquias locais e os Bombeiros. Defendemos a partilha de responsabilidades pelas várias entidades, recusamos a desresponsabilização, ainda que parcial, do Poder Central nesta matéria, combatemos a governamentalização da Protecção Civil. Continuámos a acompanhar atenta e interventivamente esta área, transmitimos propostas e críticas, acompanhámos as posições da ANMP, da Liga dos Bombeiros Portugueses e dos nossos Bombeiros Voluntários.

No Programa de Protecção Civil (RA-11.01.01.) pugnámos por uma política nacional com a assumpção de responsabilidades partilhadas aos vários níveis, com estruturas participadas e que disponibilize os necessários recursos.

Assegurámos o funcionamento regular e articulado da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Comissão Municipal para a Defesa da Floresta, ainda que discordemos da multiplicação de organismos de protecção civil.

(assinatura)

(assinatura)

Destacamos, entre outras, a reformulação do Plano Municipal de Emergência, a criação do Gabinete Técnico Florestal, a elaboração do Regulamento do Uso do Fogo.

Continuámos a elaboração de Planos de Emergência Interna para as escolas do 1º ciclo do ensino básico. Deu-se continuidade ao programa de Voluntariado Jovem para as Florestas cujo êxito tem sido crescente. Assegurámos uma eficaz coordenação municipal da Protecção Civil.

Mantivemos, com base no Protocolo em vigor que actualizámos, o apoio aos nossos Bombeiros Voluntários. Releva-se o apoio garantido, através de Protocolo, à remodelação e ampliação do Quartel, cuja obra se iniciou, bem como à continuidade, assegurada em prestações, do financiamento integral à aquisição do edifício para a expansão do Quartel. Os valores globais do apoio ascendem a cerca de € 400.000 euros tendo-se confirmado que o Governo não deu apoio financeiro à obra do Quartel.

A Segurança Pública (RA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Temos considerado que o actual número de efectivos da GNR no Concelho é insuficiente para garantir os níveis de prevenção e segurança necessários. Estatisticamente não terá havido alterações significativas nos baixos níveis de criminalidade que o Concelho regista. Contudo, continuaram alguns assaltos feitos à luz do dia, situação que se verifica com crescente regularidade e que faz aumentar os níveis de preocupação das populações e, naturalmente, da Câmara. A colaboração com o comando do destacamento da GNR retomou a regularidade e a normalidade e isso reflectiu-se, por exemplo, na zona dos bares do Parque de Leilões durante a Feira da Luz onde, pela primeira vez, não se registaram problemas relevantes.

Continuámos a apoiar, sem que tenhamos qualquer obrigação de o fazer e apesar da atitude governamental para com o Poder Local Democrático, a modernização de instalações da GNR.

No âmbito do normal funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, que assegurámos, e das relações institucionais em particular com a GNR, a Câmara acompanhou activamente a evolução da situação de segurança.

3.3.12. Outros Investimentos e/ou Serviços

Nesta rubrica residual denominada Outros Investimentos e/ou Serviços (RA-EAPPI-12) haverá que referenciar o trabalho e o investimento efectuado nos cemitérios municipais (RA-EAPPI-12.01.01.) e nos cemitérios das freguesias (RA-EAPPI-12.01.02.), em particular no cemitério do Ciborro. Iniciámos negociações para a ampliação do cemitério de Cortiçadas de Lavre.

No Programa "Outros Serviços" (RA-12.98.01) regista-se, essencialmente, o trabalho efectuado na área jurídica, onde continua em crescendo o volume e a exigência de trabalho quer interno quer dirigido ao "exterior".

4. CONTA DE GESTÃO DE 2010

A Conta de Gestão de 2010 reflecte e dá continuidade à progressiva melhoria de aplicação do POCAL na senda das medidas tomadas, da estruturação interna que continuámos, da maior capacidade técnica e de um crescente rigor nesta fase de implementação do POCAL com vista a transformá-lo num instrumento cada vez mais determinante para uma boa gestão municipal.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

Nos últimos anos, as principais características da evolução económico-financeira dos Municípios são a incerteza, a instabilidade mas sempre a perda de autonomia financeira, com relevo para a redução dos recursos. Em 2010, aquela evolução agravou-se e, não obstante a solidez económico-financeira da nossa Câmara, fomos gravemente penalizados pelas medidas governamentais (com destaque para os PECs) viabilizadas por PS e PSD na Assembleia da República e pelo agravamento da crise nacional.

A tendência para a governação nacional abandonar qualquer perspectiva de estratégia, de planeamento ou de programação estendeu-se à generalidade dos sectores e organismos da administração central e impôs-se ao Poder Local. Esta situação reflectiu-se no trabalho dos Municípios. Um exemplo importante:

A execução do QREN, depois de exigir e continuar a exigir planos estratégicos, documentos de enquadramento estratégico, documentos de conformidade com estratégias ou instrumentos nacionais e regionais, etc., e face à falência do modelo de gestão centralizado, burocratizado e governamentalizado que impôs, passou agora a gerir projecto a projecto sem qualquer preocupação de necessidade ou de estratégia. As Câmaras não conseguem executar enredadas na burocracia e nas limitações financeiras. Fomos, naturalmente, afectados.

Em 2010, começámos por ter uma perspectiva orçamental substancialmente frustrada com os PECs que reduziram as transferências do OE, que aumentaram impostos como o IVA, que financiaram o Estado impondo novos encargos aos Municípios. Como tivemos oportunidade de demonstrar, em 2010, o nosso Município foi penalizado em € 800.000 euros.

O aprofundamento da crise reduziu ainda receitas previstas e obrigou-nos a aplicar recursos adicionais no Programa Montemor Solidário.

Deste modo, tivemos uma degradação da situação financeira, sobretudo nos segundo e terceiro trimestres do ano, que nos obrigou a tomar um conjunto de medidas de contenção e mesmo o adiamento de investimentos programados. No final do ano, conseguimos nova estabilização económico-financeira que é, sobretudo, traduzida pela diminuição da dívida corrente e global do nosso Município.

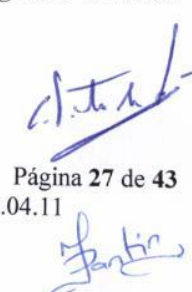
Podemos, portanto, afirmar que, apesar do impacto negativo sofrido pelo Município, conseguimos o reequilíbrio – ainda que a níveis mais baixos do que tínhamos previsto! – económico e financeiro e terminámos o ano em melhor situação do que a inicial. Desta forma, e se não formos objecto de medidas administrativas e burocráticas do Poder Central sem relação com a nossa capacidade económica, podemos dizer detemos recursos importantes para garantir a prioridade da política social com o Programa Montemor Solidário e os investimentos necessários nos próximos anos.

4.2. Endividamento Municipal

Como é visível, em 2010, diminuiu o endividamento municipal e aumentou a capacidade de recurso ao crédito. Visto estritamente pelos valores absolutos, concluímos que a situação económico-financeira do Município melhorou bastante em ano de crise.

Contudo, aqueles não são os valores que pretendíamos. De facto, a nossa enorme capacidade de endividamento municipal poderia e deveria ter sido parcialmente utilizada, face à crise que nos atinge, para fazer mais investimento, para aumentar, procurando minorar a situação social, o Programa Montemor Solidário. Como é sabido, o OE e os PECs impediram esse uso, numa clara demonstração que estas medidas estão a penalizar os Municípios que, como o nosso, fizeram uma boa e equilibrada gestão dos dinheiros públicos. Mais grave, afectam negativamente as pessoas que mais precisam e a dinâmica económica do concelho.

Em 2010, a situação económica e social continuou em agravamento no concelho como resultado da crise capitalista nacional e internacional e do OE e PECs impostos. Mas, a Câmara Municipal dispôs de alguma capacidade para aumentar um conjunto de programas e acções (Programa Social MonteMor Solidário, medidas de combate à crise, manutenção do nível de apoio ao movimento associativo) para minorar, dentro das suas limitadas possibilidades, o impacto da crise no concelho. Ainda assim, a Câmara Municipal melhorou, comparativamente, os invejáveis níveis legais e técnicos de endividamento e a situação económico-financeira estrutural.



4.2.1. Endividamento Líquido Municipal

Nos termos do art.º 36.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei de Finanças Locais, o endividamento líquido municipal traduz-se na diferença entre os Passivos Financeiros (empréstimos contraídos, locações financeiras e dívidas a fornecedores) e os Activos (caixa, depósitos em instituições financeiras e créditos sobre terceiros).

Por força do artigo 37.º da mesma Lei, o endividamento líquido não pode ultrapassar 125% das receitas do ano anterior em Impostos Directos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado. De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com a informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2010, de um limite ao endividamento líquido municipal na ordem de € 16.244.426,54 euros (dezasseis milhões duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta e quatro centimos) quando, em 2009, aquele limite era de 15.878.267,29 euros (quinze milhões oitocentos e setenta e oito mil duzentos e sessenta e sete euros e vinte e nove centimos), isto é, mais € 366.159,25 euros ou mais 2,3 %.

A 31 de Dezembro de 2010, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo o montante de € 2.578.919,42 euros (em 2009, € 2.907.631,10 euros) correspondente a empréstimos excepcionados ao abrigo do n.º 6 do artigo 39.º da Lei de Finanças Locais, a capacidade de endividamento líquido municipal ascende a € 12.042.397,30 (doze milhões quarenta e dois mil trezentos e noventa e sete euros e trinta centimos) contra € 11.182.644,02 euros, em 2009, isto é, mais € 859.753,10 euros ou mais 7,69 %.

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

Endividamento Líquido em Euros em 2010

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento Líquido	16.244.426,54
(2) Endividamento Líquido Atingido	4.202.029,24
(3)=(1)-(2) Endividamento Líquido Disponível	12.042.397,30

Unidade: Euro

Interessantes e clarificadores são, também, os valores relativos do endividamento municipal.

Endividamento Líquido em Percentagem em 2010

Descrição	%
Nível de endividamento líquido atingido	25,87 %
Nível de endividamento por utilizar	74,13 %
Total	100,00 %

Nos tempos que correm, o montante global da dívida corrente do Município é relativamente baixo e reflecte, sobretudo, os investimentos. Então se comparássemos as dívidas correntes dos Municípios (em relação às receitas de cada um), Montemor-o-Novo apresentaria uma situação ainda melhor.

Recorde-se que a dívida corrente inclui a dívida à ADSE a qual foi incorporada em 2009 (daí parecer ter havido um aumento significativo naquele ano). Aquela estava em litígio e, apesar do acordo de pagamento em curso, mantemos a posição de que os débitos da ADSE não respeitam a legislação porque não enviam nem disponibilizam documentação que fundamenta os valores reclamados. Contudo, porque o OE prevê, sem mais, a retenção coerciva até 10% das transferências para as Autarquias, fizemos um acordo de pagamento. O valor daquela dívida é agora de € 524.797,36 euros (menos € 241.443,18 euros do que em 2009).

Esses resultados estão evidenciados no baixo endividamento líquido atrás demonstrado. Apresenta-se, de seguida, a evolução da dívida corrente.

Evolução da Dívida Corrente no Final do Ano

2007	2008	2009	2010
4.478.879,86	4.155.699,31	5.278.010,49	4.373.424,03

Unidade: Euro

Como se demonstra, a Câmara Municipal dispõe de um muito baixo endividamento líquido que inclui uma igualmente baixa dívida corrente. Dispomos, pois, de uma elevada margem de uso potencial do endividamento líquido o que nos permite assegurar, se o OE e/ou os PECs permitirem, alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.2. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Nos termos do n.º 2 art.º 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo (ver Mapa de Empréstimos) não pode exceder, em 31 de Dezembro, a soma das receitas do ano anterior em Impostos Directos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado.

De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2010, de um limite ao endividamento de médio e longo prazo na ordem de € 12.995.541,23 (doze milhões novecentos e noventa e cinco mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e três cêntimos) contra € 12.702.614 euros (doze milhões setecentos e dois mil seiscentos e catorze euros) em 2009, isto é, mais € 292.927,23 euros ou 2,3% mais.

O n.º 6 do mesmo artigo prevê a possibilidade de serem excepcionados do limite de endividamento, os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários. O excepcionamento é ainda tratado pelo OE/2010. Para o ano de 2010, e de acordo com informação prestada pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico (DPDE) está excepcionado do limite de endividamento, um capital de € 2.578.919,42 euros.

A 31 de Dezembro de 2010, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo aquele montante, o endividamento líquido de médio e longo prazo ascende a € 459.662,42 euros (contra € 574.164,40 euros, em 2009).

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

Endividamento de Médio e Longo Prazo em 2010

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento M.L.Prazo	12.995.541,23
(2) Endividamento M.L. Prazo Usado	459.662,42
(3)=(1)-(2) Endividamento M.L.Prazo Disponível	12.535.878,81

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos do endividamento municipal.

Endividamento de Médio e Longo Prazo em Percentagem em 2010

Descrição	%
-----------	---

Nível de endividamento m.l. prazo atingido	3,54 %
Nível de endividamento por utilizar	96,46 %
Total	100,00 %

Mantivemos um baixo endividamento bancário e excelentes taxas de juro (ver Mapa dos Empréstimos), taxas estas que comprovam a credibilidade económico-financeira do Município.

Convirá sublinhar que consideramos que a capacidade técnica (dadas as características do nosso Município) de endividamento deve situar-se abaixo da capacidade legal para garantir o fundamental equilíbrio económico e financeiro. Mas, o destaque vai para a elevada margem de uso potencial do endividamento de médio e longo prazo o que nos permite assegurar, se os OEs e/ou os PECs não o impedirem, alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.3. Endividamento de Curto Prazo

De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2010, de um limite ao endividamento de curto prazo na ordem de € 1.299.554,12 (um milhão duzentos e noventa e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e doze cêntimos) contra € 1.270.261,38 euros (um milhão duzentos e setenta mil duzentos e sessenta e um euros e trinta e oito cêntimos), em 2009, isto é, mais € 29.292,74 euros ou 2,3 % mais. Pedimos um empréstimo de curto prazo até um montante máximo de € 400.000 euros mas só usámos € 200.000 euros que foram integralmente pagos antes do final do ano.

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

Endividamento de Curto Prazo em 2010

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento de Curto Prazo	1.299.554,12
(2) Endividamento de Curto Prazo Usado	200.000,00
(3)=(1)-(2) Endividamento Curto Prazo Disponível	1.099.554,12
(4) Amortização de Endividamento de Curto Prazo	200.000,00
(5)=(1)-(2)+(4) Endividamento Curto Prazo Dispon. a 31/12	1.299.554,12

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos deste endividamento municipal.

Endividamento de Curto Prazo em Percentagem em 2010

Descrição	%
Nível de endividamento curto prazo atingido	15,39 %
Nível de endividamento amortizado	15,39 %
Nível de endividamento por utilizar em 31/12	100,00 %

4.3. Execução Orçamental da Receita

O quadro "Resumo das Receitas e das Despesas" da Conta de Gerência mostra-nos a estrutura das receitas por grandes grupos de origem. Começamos por olhar os montantes globais das receitas comparados entre 2009 e 2010:

Evolução das Receitas Globais Realizadas em 2009 e 2010

Receitas Realizadas	2009	2010	Diferença Abs.	Dif. %
Receitas Correntes	12.547.029,79	12.688.464,35	141.434,56	+1,13
Receitas de Capital	5.797.549,36	5.059.337,08	-738.212,28	-12,73

[Assinatura]

Total das Receitas	18.344.579,15	17.747.801,43	-596.777,72	-3,25
--------------------	---------------	---------------	-------------	-------

Unidade: Euro

A diminuição de receitas verificada (menos € 596.777,72 euros ou menos 3,25 pontos percentuais), ainda que inclua um diferencial de € 200.000 euros referente a empréstimos de curto prazo (em rigor, aquele valor distorce a comparação pelo que deve ser expurgada, situando-se o diferencial em menos € 396.777,72 euros), reflecte sobretudo a quebra de consumo e de investimento das famílias e instituições.

Releva-se, contudo, que não é aqui incluído um significativo volume de receita obtido em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. Exemplifica-se aquela afirmação com os projectos Évora Distrito Digital e Rede Comunitária do Distrito de Évora, ambos sob a coordenação da AMDE.

Salienta-se, ainda, que o exercício de novas competências, transferidas (de forma avulsa e de duvidosa legalidade) sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas, não correspondeu qualquer acréscimo de receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Igualmente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais.

O Quadro, apresentado à frente, mostra-nos, com base na estrutura das receitas corrente e de capital, os níveis absolutos e relativos de realização da receita face ao orçamentado.

Comparação entre Receitas Previstas e Receitas Realizadas

Receitas	Previstas	Realizadas	Diferença Abs.	Nível Real.
Correntes	13.250.363,00	12.688.464,35	-561.898,65	95,76 %
01-Impostos Directos	2.180.400,00	2.208.880,52	28.480,52	101,31 %
02-Impostos Indirectos	75.000,00	91.295,68	16.295,68	121,73 %
04-Taxas, Mult., Out. Pen.	107.900,00	111.295,26	3.395,26	103,15 %
05-Rend. de Propriedade	1.652.000,00	1.143.973,58	-508.026,42	69,25 %
06-Transf. Correntes	7.187.013,00	7.442.339,51	255.326,51	103,55 %
07-Venda Bens e Serv.	1.617.750,00	1.536.333,32	-81.416,68	94,97 %
08-Out. Rec. Correntes	430.300,00	154.346,48	-275.953,52	35,87 %
Capital	11.742.487,00	5.059.337,08	-	43,09 %
09-Venda Bens Invest.	1.266.000,00	4.287,94	-	0,34 %
10-Transf. Capital	7.218.969,00	4.837.211,52	-	67,01 %
11-Activos Financeiros	15.000,00	8.642,47	-6.357,53	57,62 %
12-Passivos Financeiros	501.000,00	200.000,00	-301.000,00	39,92 %
13-Out. Rec. Capital	2.740.000,00	0,00	-	0,00 %
15-Rep. Não	1.518,00	9.195,15	7.677,15	605,74 %

[Handwritten signature]

Abat.Pag.				
Total	24.992.850,00	17.747.801,43	7.245.048,57	71,02 %

Unidade: Euro

Deverá, em primeiro lugar, notar-se – como temos repetidamente alertado! - que o diferencial geral (- 28,98 pontos percentuais contra - 27,11 pontos percentuais em 2009) entre as Receitas Previstas e as Receitas Realizadas decorre, em boa parte, da necessidade de incluir nas Grandes Opções do Plano, no Orçamento e no PPI, todos os projectos que, embora sem garantia de financiamento, estão candidatados ou se pretendem candidatar ao QREN da UE ou mesmo a programas nacionais. É uma imposição com a qual não concordamos, que poderia ter outras soluções previsionais mais adequadas e que causa um desnecessário empolamento orçamental sem correspondência com a posterior execução orçamental. Mas, naturalmente, não pode ser esta questão formal a impedir a CMMN de procurar obter financiamentos necessários ao desenvolvimento e à qualidade de vida do Concelho!

Em segundo lugar, deve referir-se que o diferencial resulta ainda da opção de não vender bens de investimento por preços demasiado baixos e da quebra, como já apontado, do consumo e dos investimentos de famílias e instituições.

As receitas correntes apresentaram um nível de realização abaixo do orçamentado em 4,24 pontos percentuais. Tal significou um peso de 71,49% (contra 68,39% em 2009) na receita total.

A arrecadação de impostos, a maioria dos quais é cobrado pelo Ministério das Finanças e transferido mediante pagamento para os cofres do Município, foi sensivelmente acima do previsto com mais € 44.776,20 euros. Continuámos a exigir “uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo”. Em 2010, como há décadas, manteve-se a inaceitável, injusta e chocante situação de, em sede agora de IMI, a posse de habitação própria pagar muito mais do que a grande propriedade fundiária.

As taxas, multas e outras penalidades têm um reduzido peso (0,63%) na estrutura das receitas tendo ultrapassado o previsto.

Os rendimentos de propriedade, com uma arrecadação de verbas bastante aquém do orçamentado, reflectiram quebra de investimento de famílias e instituições, uma das áreas que mais tem sentido a retracção económica causada pela crise.

As transferências correntes tiveram um bom comportamento face ao previsto (que considerou os cortes previsíveis) tendo ultrapassado em 3,55 pontos percentuais os valores orçamentados.

A venda de bens e serviços, ressentindo-se da recessão económica, ficou abaixo do valor previsto em Orçamento (- 5,03 pontos percentuais).

A rubrica “outras receitas correntes” é residual (0,87 %) e ressentiu-se do negativo clima económico do ano.

As receitas de capital, pelas principais razões atrás explicadas, ficaram substancialmente abaixo (56,91%) do orçamentado.

A venda de bens de investimento quase não obteve receita. De facto, e não obstante as dificuldades de tesouraria, os bens que voltámos a colocar no mercado (por exemplo, imóveis) não lograram obter sequer propostas de aquisição reflectindo a recessão económica e a situação do mercado imobiliário. Optámos, uma vez mais, por adiar algumas vendas para quando se verificar alguma reanimação do mercado ou alguma oportunidade de negócio. A situação económico-financeira permite que se possa esperar para obter melhores valores de venda.

[Assinatura]

[Assinatura]

A transferência de capital é a rubrica que regista os valores relativos a financiamentos do QREN, de outros fundos da UE e de programas nacionais. Aplica-se aqui o que sobre a matéria já antes referimos mas que, pela sua importância reiteramos: não foi possível, quer pelas razões já previstas quer pelas razões expostas neste documento, atingir o ambicioso volume de receita orçamentado. Recorda-se, acautelando a previsão, que o PPI incluído nas Grandes Opções do Plano assinalava com * as acções que só se concretizariam mediante a obtenção de financiamento comunitário e/ou nacional não garantido previamente. Se aqueles projectos e previsões não constassem explicitamente nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal para 2010, logo aproximando mais o previsto do verificado, ficariam inviabilizadas as candidaturas ao QREN que exigem, previamente e por diversas formas, tal inclusão.

A rubrica passivos financeiros, quase residual, regista apenas o recurso ao já referido empréstimo de curto prazo.

As outras receitas de capital não realizaram nada pelas dificuldades de venda de bens de imobilizado já antes referidas.

Em 2010, não só a Lei das Finanças Locais mas também o OE/2010 e os PECs significaram um enorme recuo na autonomia do Poder Local. Agravou-se a recentralização dos recursos no Poder Central, entrou em vigor a nova Lei de imposição da fiscalidade e taxação municipais (que implicaram valores de mercado com aumentos significativos!), aumentou a carga fiscal indirecta com relevo para o IVA, a mais injusta socialmente. A aplicação (só na parte dos cortes e restrições e não no das compensações) da Lei das Finanças Locais, do OE e dos PECs está a reflectir-se negativamente nos níveis de descentralização e, mais grave, está a diminuir significativamente o investimento público municipal. Assim, denunciámos e combatemos aquela Lei, o OE e os PECs pelas consequências negativas nas finanças do Poder Local e, sobretudo, no arrefecimento dos investimentos para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida das populações.

4.4. Execução Orçamental da Despesa

No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” da Conta de Gerência evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais sintetizadas no Quadro abaixo.

Despesas Globais Realizadas

Despesas Realizadas	Valor
Despesas Correntes	13.459.762,92
Despesas de Capital	4.458.016,31
Total de Despesas	17.917.779,23

Unidade: Euro

Não se procede à comparação com o ano anterior porque, registando-se apenas os fluxos financeiros, a evolução da dívida – que já vimos atrás – é determinante para os valores do ano, não podendo ser feita uma comparação directa. Concretizando: neste caso, havendo aparente aumento das despesas correntes, de facto, houve uma redução porque diminuiu a dívida de curto prazo do Município!

Alerta-se, uma vez mais, para o facto de não ter “sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica (.../...) não pode ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL”. A progressiva implementação do POCAL, que estamos a fazer, irá permitir, nos próximos anos e com a utilização de outros documentos, atenuar progressivamente este problema.

O nível de realização das despesas correntes situou-se ligeiramente acima do projectado.

Comparação entre Despesas Previstas e Despesas Realizadas

Despesas	Previstas	Realizadas	Diferença Abs.	Nível Real.
Correntes	13.240.875,00	13.459.762,92	218.887,92	101,65 %
01-Pessoal	6.838.450,00	7.243.255,81	404.805,81	105,92 %
02-Aquis. Bens e Serv.	4.752.200,00	4.473.378,03	-278.821,97	94,13 %
03-Encarg. Corr. Dívida	137.565,00	132.043,04	-5.521,96	95,99 %
04-Transf. Correntes	1.082.160,00	1.196.824,30	114.664,30	110,60 %
06-Out. Desp. Correntes	430.500,00	414.261,74	-16.238,26	96,23 %
Capital	11.751.975,00	4.458.016,31	-7.293.958,69	37,93 %
07-Aquis. Bens Capital	10.086.620,00	3.355.600,13	-6.731.019,87	33,27 %
08-Transf. Capital	691.750,00	502.341,72	-189.408,28	72,62 %
09-Activos Financeiros	80.000,00	16.066,80	-63.933,20	20,08 %
10-Passivos Financeiros	883.605,00	584.007,66	-299.597,34	66,09 %
11-Out. Desp. Capital	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00 %
Total	24.992.850,00	17.917.779,23	-7.075.070,77	71,69 %

Unidade: Euro

As despesas de pessoal subiram mais do que o previsto (5,92 pontos percentuais). Este aumento tem, sobretudo, a ver com o exponencial aumento das despesas de saúde que nos são impostas, sem qualquer possibilidade de controlo, pelo Governo. No caso da ADSE, após prolongado conflito (decorrente de entendermos que a ADSE não cumpre as exigências legais de demonstração dos valores que debita à Câmara) e da ameaça de retenção de 10% das verbas das transferências do OE, estamos a cumprir o acordo de pagamento e que se reflecte ao longo de todo o ano de 2010. Refira-se, ainda, que usando a opção gestonária prevista na lei, entendemos recolocar todos os trabalhadores (60 em 2010, 101 em 2009) que tinham visto a sua progressão na carreira congelada pelo Governo na posição a que tinham direito.

A aquisição de bens e serviços situou-se abaixo do orçamentado (- 5,87 pontos percentuais) com o aspecto positivo se a dívida corrente aqui classificada ter diminuído.

Os encargos correntes da dívida ficaram 4,01 pontos percentuais abaixo do previsto e traduzem, por um lado, os custos da dívida de longo prazo e, por outro lado, o esforço da Câmara para reduzir os prazos de pagamento sobretudo a empreiteiros através de acordos de pagamento com obtenção de taxas de juro 2/3 abaixo do limite permitido pela lei. Desta forma, contribuímos para melhorar a tesouraria das empresas em tempo de crise. Beneficiámos da queda das taxas de juro bancárias.

As transferências correntes reflectem, sobretudo, o nível de apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos, nomeadamente o Programa Montemor Solidário. O esforço feito está patente no acréscimo 10,6 pontos percentuais em relação ao previsto. Reforçámos, pois, esta prioridade e a aposta no apoio sustentado à dinâmica associativa e social local.

As outras despesas correntes diminuem 3,77 pontos percentuais face ao previsto reflectindo o esforço de contenção efectuado.

As despesas de capital reflectem o que atrás se disse quanto às receitas de capital pelo que o diferencial tem igual justificação.

Sendo a aquisição de bens de capital a principal rubrica das despesas de capital, o diferencial financeiro tem igual justificação. Sublinha-se que, por um lado, a execução física é bastante superior à execução financeira e, por outro lado, o atraso no QREN aliado às restrições financeiras leoninas impostas e ainda às exigências burocráticas dos projectos, tem dificultado o avanço de obras que se previa já estarem no terreno.

As transferências de capital situaram-se abaixo do previsto porque esta foi uma das rubricas em que procurámos conter e mesmo reduzir verbas e também porque alguns dos valores projectados foram reprogramados pelos destinatários e serão pagos em 2011.

Os passivos financeiros ficaram abaixo do previsto (-33,91 pontos percentuais) quer pelo esforço de contenção financeira quer pela positiva evolução da situação económico da Câmara em 2010.

A rubrica outras despesas de capital não foi utilizada.

Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a descentralização para as freguesias. Somos, em termos nacionais, um exemplo de descentralização a que as nossas Juntas têm respondido da melhor forma com evidentes benefícios para as populações. Reforçámos a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização e os Protocolos de Cooperação.

4.4. Operações de Tesouraria

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria, atingindo montantes absolutos e saldos médios elevados, foram geridos de modo a obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros.

4.5. Balanço

Como atrás já se referiu, o Balanço é um documento ainda com pouca fiabilidade, sobretudo na rubrica de "Imobilizado", dada a fase de implementação do POCAL e os problemas de inventário de bens, de avaliação, de (não) registo contabilístico do histórico dos Municípios. Mas ainda que já tivesse algum rigor, levantar-se-ia um outro problema: qual o sentido (ou o objectivo?) de introduzir as noções de lucros ou prejuízos em instituições estatais como os Municípios? Esta questão deve levar-nos a uma discussão que não cabe fazer neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados.

Começemos pelas rubricas do Activo.

No Imobilizado, os Bens do Domínio Público são quase incontabilizáveis dado o histórico acumulado (ruas, largos, praças, passeios, etc.) e, aliás, nem sequer têm registo legal. Quanto muito passaram a registar-se os bens que, já com o POCAL, foram adquiridos ou vieram ao Município por cedência e em relação aos quais foi atribuído um valor, porventura nalguns casos um valor de aquisição. Estamos e estaremos, pois, por longo tempo muito afastados da realidade do que são estes bens e de qual o seu valor (se valorizáveis!). Regista-se, contudo, o aumento relativo a 2009.

No Imobilizado, Imobilizações Incorpóreas, o valor apresentado é já o real atendendo a que o seu período de amortização é, habitualmente, de 3 anos. Tenderá, como agora, a diminuir.

C. J. T. M. B.
António

No Imobilizado, Imobilizações Corpóreas temos um problema com algumas semelhanças com os "Bens do Domínio Público" relativamente às dificuldades de registo e valorização do histórico. Por exemplo, que valor se atribuirá à rede de águas do Centro Histórico? Mais uma vez, o valor real global será substancialmente superior ao que até agora foi possível registar. Regista-se o aumento líquido verificado.

As Existências já se aproximam da realidade mas ainda terão valores abaixo do real. O ligeiro decréscimo reflecte a orientação para reduzir progressivamente, até ao limite possível, a estocagem de materiais.

As Dívidas de Terceiros (Curto Prazo), ainda que tenham alguns valores com dívidas (por exemplo, as cauções, devido ao histórico), estarão muito aproximadas do real.

Os Depósitos em Instituições Financeiras e a Caixa são controlados diariamente e correspondem aos valores efectivos existentes à data.

Passemos agora ao Passivo.

Os Empréstimos de Longo Prazo e os Fornecedores de Locação Financeira apresentam os valores reais. Aliás, a primeira rubrica é demonstrada através de um Anexo, o Mapa de Empréstimos.

As Dívidas a Terceiros (Curto Prazo), após um profundo trabalho de verificação e regularização, já correspondem ao valor real.

Os Acréscimos e Diferimentos resultam essencialmente dos valores das férias dos trabalhadores a suportar em 2011 mas vencidas em 2010 e de acertos de valores históricos.

Abordemos, finalmente, o terceiro grande agregado, os Fundos Próprios.

Os valores fundamentais deste agregado são os Resultados Líquidos do Exercício e os Resultados Transitados (de anos anteriores). Não lhes atribuímos particular significado (apesar de serem largamente positivos) pelas razões atrás invocadas. Evidentemente, que o facto de serem positivos é preferível a valores negativos.

4.5. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é um documento de maior fiabilidade do que o Balanço mas comporta o problema crucial do conceito de lucro municipal ou de prejuízo municipal que atrás abordámos. Também neste caso deve ser feita uma discussão que não cabe neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados.

Começemos pelas rubricas de Custos e Perdas.

A rubrica Custos das Mercadorias e Produtos Vendidos e Consumidos (traduzida pela sigla CMVMC) ainda pode ter alguma fragilidade no seu apuramento dada a fase de implementação do POCAL em que nos encontramos e tem vindo a merecer alguma discussão técnica sobre o que deve ser aqui contabilizado. Está, contudo, já muito próxima da realidade.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros ainda contém valores (ou mesmo a falta deles!) que merecem um aprofundamento da sua classificação técnica e das opções a que a legislação nos obriga.

A rubrica Despesas com o Pessoal é já rigorosa e dá-se aqui como transcrito o que foi dito sobre Despesas com o Pessoal no âmbito da Execução Orçamental da Despesa. Destaca-se, contudo, que apesar do montante das remunerações ter diminuído, os encargos sociais aumentaram o que significa que o rendimento líquido do trabalho é menor mas os custos globais da Câmara são maiores e são receita da Administração Central.

As Transferências e Subsídios Concedidos (que não consideramos nem custos nem perdas) traduzem o apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. Este valor evidencia uma parte, apenas a componente financeira, do esforço da Câmara no apoio à dinâmica associativa e às questões sociais locais. Realça-se o aumento de 16,9% que traduz a prioridade que demos à área social.

Os Outros Custos e Perdas Operacionais têm um valor residual.

Os Custos e Perdas Extraordinárias incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem.

Abordemos, agora, as rubricas de Proveitos e Ganhos.

As Vendas e Prestações de Serviços incluem, sobretudo, os proveitos relativos ao abastecimento de água e ao tratamento dos RSUs que, como foi dito, não cobrem os custos respectivos por opção de política social da Câmara.

Os Impostos e Taxas são uma importante receita do Município.

Os Proveitos Suplementares não têm significado na estrutura de proveitos e ganhos.

As Transferências e Subsídios Obtidos reflectem sobretudo as transferências legais determinadas pela actual Lei das Finanças Locais, isto é, o quadro legal que traduz (a nosso ver de forma insuficiente como temos largamente referido!) o direito à participação dos Municípios nos recursos do Estado e ainda os financiamentos obtidos de fundos comunitários e nacionais.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais recebem os valores que não são incluídos nas rubricas atrás descritas.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros reflectem a maior atenção que temos vindo a dar à rentabilização de verbas diversas de que dispomos ao longo do Exercício.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem.

4.6. Resultados e Proposta de Aplicação dos Resultados

Os Resultados Líquidos do Exercício em 2010 são positivos no valor de € 1.827.150,12 (um milhão oitocentos e vinte e sete mil cento e cinquenta euros e doze cêntimos).

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do POCAL, propomos a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2010:

- 5% para Reserva Legal no montante de € 91.357 euros (noventa e um mil trezentos e cinquenta e sete euros);



- O montante de € 109.911,93 (cento e nove mil novecentos e onze euros e noventa e três cêntimos) para Reforço do Património sendo que somado ao saldo da conta de Património se obterá o correspondente a 20% (€ 6.824.584 euros) do Activo Líquido;

- 5% para Reservas Livres, com o objectivo de reforçar a Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município, no montante de € 91.357 euros (noventa e um mil trezentos e cinquenta e sete euros);

- Que o restante transite em conta.

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para referir que o ano de 2010 foi o primeiro ano completo de mandato.

Salientou ainda o senhor Presidente que, a crise económico-financeira que o País suporta e cujas causas residem nas políticas neo-liberais seguidas pelos governos nacionais e da União Europeia, teve um forte negativo impacto no nosso concelho e na nossa população. A aplicação dos PECs, para além das graves consequências económicas e sociais no concelho, reduziram as verbas a receber por via da Lei das Finanças Locais e outras fontes de financiamento. À nossa Câmara, disse, foi retirada uma verba de 790 mil euros se somarmos a retirada de verbas do OE, o aumento das transferências para o governo pela CGA, pela ADSE, pelo SNS e ainda o aumento do IVA.

Ainda assim, acrescentou, foi possível manter o equilíbrio económico-financeiro do Município. Lastimou que a aplicação do QREN tenha continuado muito baixa, penalizando as Câmaras, o que levou a um adiamento de investimentos previstos como se nota no PPI.

O ano de 2010 e a Prestação de Contas ficam marcados pelas inaugurações de duas novas ETARs, no Escoural e em Silveiras, pela Biblioteca e Sala Multimédia em Cortiçadas de Lavre e pela iluminação cénica do Castelo integrada no Programa Montemor Pedra a Pedra.

O ano de 2010 ficou ainda marcado com o início de investimentos significativos no concelho, o Empreendimento Turístico na Herdade das Valadas e a uma empresa Ecofour na Zona Industrial da Adua.

Foram mantidos contactos ao nível da Administração Central onde houve oportunidade de transmitir as preocupações referentes ao concelho, concretamente a Variante à cidade, Recuperação do Castelo e Parque Integrado de Saúde.

Transmitiu depois o senhor Presidente que existiu um diálogo importante, ao nível do Ministério da Cultura, com resultados bastante positivos, que permitiu avançar o processo, relativo à Gruta do Escoural.

Assinalou também um diálogo muito construtivo que permitiu pela primeira vez, assinar um protocolo entre ambas as partes, relativamente ao Convento da Saudação e Centro de Artes Transdisciplinares, no entanto por razões diversas a obra ainda não pode avançar.

Na área da Educação foram manifestadas preocupações ao nível do encerramento das Escolas e na área da Educação ao nível do corte de credenciais.

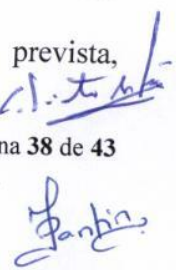
Na área da Educação, foi possível garantir o não encerramento das Escolas de Silveiras, Cabrela, S. Cristóvão e Lavre. Na área da Saúde, saudou a entrada em funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados e da Unidade de Cuidados Paliativos do Hospital de S. João de Deus, integradas no Serviço Nacional de Saúde, mas lastimou que continuem encerrados vários postos médicos, que tenha sido encerrado o da Casa Branca bem como o internamento clínico.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente acrescentou que avançaram com um conjunto de instrumentos de planeamento que estiveram suspensos devido à elaboração do PROT Alentejo, documento que contempla alguns aspectos positivos mas que, no geral, é negativo para o desenvolvimento do concelho e do Alentejo, lembrando a proibição de construção na pequena propriedade com menos de 4ha.

Continuando no uso da palavra a senhora Vereadora Maria de Lurdes pediu esclarecimento sobre algumas siglas constantes do documento.

No que se refere à área sócio-cultural manteve-se, apesar dos cortes sofridos, uma imensa actividade própria e de apoio às instituições, continuando Montemor a ser referenciado como exemplo.

Na rubrica Promoção Económica do Município apenas foi aplicada metade da verba prevista, questionou esta situação.



Relativamente ao Mercado Municipal a senhora Vereadora perguntou porque é que o projecto está sucessivamente a ser adiado.

Continuando no uso da palavra a senhora Vereadora Maria de Lurdes sugeriu o ajardinamento de uma zona no Bairro da CHÉ.

Integrado no Programa Montemor Pedra a Pedra apenas foi contemplado a iluminação cénica do Castelo, questionou o que se passou com as outras candidaturas.

Realçou que estava prevista uma verba considerável para arranjos de passeios, lamentou que uma parte dessa verba não tenha sido aplicada na zona junto à Climor.

Solicitou informação sobre a verba destinada à valorização urbana da Rua de Aviz.

Prosseguindo a sua intervenção a senhora Vereadora Maria de Lurdes questionou o porquê do não avanço das obras do Moinho do Ananil.

As obras da Oficina da Criança e do Cine-Teatro Curvo Semedo constam no documento como, verbas definidas, porém não dispõem de financiamento, pediu explicação sobre a questão.

Relativamente à Comunidade Cigana a senhora Vereadora questionou para quando está previsto o seu realojamento, bem como a intenção da reutilização dos contentores.

No que se refere a ETAR'S, no PPI consta a sua execução, no entanto no Relatório de Gestão afirma que as candidaturas não foram aprovadas.

Prosseguindo a sua intervenção a senhora Vereadora Maria de Lurdes reportou-se ao Relatório de Actividades, considerando que as primeiras páginas do documento são meramente políticas.

Alertou que no documento falta a participação da Câmara Municipal na Comissão de Protecção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Reportou-se seguidamente à página 22 – Promoção Económica do Concelho para referir que esta rubrica cita várias situações, que na realidade não foram concretizadas.

A página 53 refere que existe uma parceria entre a Câmara Municipal e a Direcção Regional da Cultura do Alentejo, relativa à Gruta do Escoural, questionou se já estão abertas ao público, bem como se estão criadas as devidas acessibilidades ao local.

Na página 63 consta que o Voluntariado Jovem para as Florestas é apoiado pela DCDJ, o que não corresponde à verdade, atendendo a que este programa é exclusivamente apoiado pelo Gabinete de Protecção Civil e Segurança.

Na página 74 – na rubrica Actividade de Protecção Civil, não consta a criação do Gabinete Técnico Florestal.

Perguntou porque aumenta a dívida aos fornecedores bem como ao Estado e ainda donde provém o aumento referente ao património.

Seguidamente referiu-se à Demonstração de Resultados para salientar que existem rubricas que aumentaram.

Questionou como podem aumentar os encargos se os salários diminuíram, bem como, e no que se refere a Despesas de Capital, dos 417 mil euros apenas aparecem 132 mil euros.

Chamou depois a atenção para a não coincidência de números entre os mapas de empréstimos e a Demonstração de Resultados.

Considerou que os documentos apresentados reflectem prudência financeira, o que é de louvar, no entanto existem situações que não estão prevista e seriam de toda a importância para as populações.

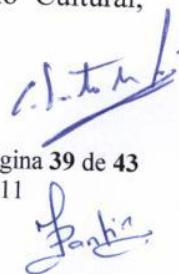
Prosseguindo no uso da palavra a senhora Vereadora Maria de Lurdes realçou que o município não chega a gerar 20% de receita.

Referiu que o concelho deveria ser dotado de mais empresas e negócios. A margem para investimento é muito curta, existem zonas muito carentes ao nível do concelho.

Considerou que o Relatório de Gestão é muito personalizado, na área da Protecção Civil e Segurança, o senhor presidente, apenas explanou a sua opinião pessoal, sem ter auscultado a Vereadora do respectivo pelouro.

A concluir a senhora Vereadora Maria de Lurdes lamentou que não tenham sido desbloqueadas verbas para investimentos importantes para o concelho, tais como os arranjos urbanísticos, Plano de Circulação e Trânsito, o Cine-Teatro Curvo Semedo, Oficina da Criança, Património Cultural, reparação da Estrada do Ciborro entre outros.

Fez uma chamada de atenção muito especial para a intervenção nas freguesias.



Pronunciou-se seguidamente o senhor Vereador Rogério Pinto para transmitir que tem uma perspectiva mais global dos documentos.

Considerou que se trata de documentos com uma grande carga partidária, onde são citadas um conjunto de ideias e filosofias referentes a um partido que estão completamente desactualizadas e com as quais não concorda.

Os documentos assentam numa teoria em que o Poder Central e a União Europeia apenas geram situações negativas e posteriormente a Câmara é que as tem que resolver.

Salientou que todas as obras realizadas no concelho são por via da Administração Central. Existem um conjunto de obras que a Câmara Municipal se apoderou sem ter em conta a viabilidade de como foram obtidas.

Referiu que não são apresentados os dados relativos ao concelho. Trata-se de documentos que fazendo a defesa das posições ideológicas da CDU ataca o Governo, catalogando-o com uma política neoliberal.

A Câmara Municipal alega em anos sucessivos, cortes nas verbas que lhe são atribuídas, porém ao verificar os dados das transferências do Estado, verificam-se que essas verbas aumentaram.

A concluir o senhor Vereador afirmou que se trata de fugir á verdade para tentar justificar uma teoria.

Foi o senhor Vereador Vicente Roque que se pronunciou seguidamente para dizer que nos dias que decorrem e numa Câmara do nível desta, trabalha-se para o bem comum, como tal um documento deste modelo não faz sentido.

Citou aqui alguns exemplos a nível mundial, para realçar que no mundo não existe nenhum sistema que não esteja em falência.

O bom trabalho é o que tem por base o bem público. Existem investimentos que devem ter retorno, no entanto não o têm.

Prosseguindo a sua intervenção o senhor Vereador Vicente Roque recordou o sistema que se vivia nos anos 70, salientando que o trabalho desenvolvido foi notável, realizado porém com muitas dificuldades e nesse perspectiva deverá ser feita uma avaliação do que foi feito correctamente e incorrectamente. Verificou-se um progresso assinalável.

Considerou que não existe falácia orçamental. Existem serviços médicos que não existiam há uns anos atrás e é necessário rentabiliza-los. Existem um conjunto de situações que apenas se tornam positivas se forem rentabilizadas.

Salientou ainda o senhor Vereador que devem ser feitos investimentos no que é essencial, nomeadamente na reparação de estradas, Cine – Teatro Curvo Semedo, Oficina da Criança, que são obras absolutamente prioritárias e que estão previstas há muitos anos.

Na sua opinião a Escola de Ballet poderia tido um avanço bastante significativo.

Referiu-se depois à Zona Industrial da Adua, para considerar que a dinamização daquele local está por concretizar, e deveria sê-lo, de facto a Câmara tem anunciado muito e concretizado pouco. Sem captar novas empresas torna-se difícil gerar desenvolvimento para o concelho e para os municípios.

Em seu entender é necessário criar condições para a instalação de pólos no ensino superior, no concelho.

Em relação à produção de carne, considerou de toda a importância que esta potencialidade pudesse ser fomentada e explorada.

No que se refere ao Centro Histórico, considerou que existem um conjunto de aspectos que podiam ter sido concretizados. A reabilitação da cidade é deplorável, trata-se de um trabalho básico que a Câmara Municipal poderia ter rentabilizado.

A concluir o senhor Vereador Vicente Roque sugeriu uma aposta no turismo rural, Montemor dispõe de uma localização extraordinária que poderia ter sido rentabilizada e como tal é necessário explorá-la. Existem pequenas obras que poderiam ter sido realizadas e não o foram.

Tomou a palavra o senhor Presidente que começou por explicar as siglas constantes do documento. De seguida, lembrou à senhora Vereadora Maria de Lurdes que as verbas do PPI reflectem apenas o pagamento e não a execução física pelo que são incorrectas as conclusões tiradas. Contudo, sublinhou, ao contrário do afirmado, a Câmara desenvolveu um importante trabalho de promoção económica do concelho através de um programa diversificado que incluiu a presença em iniciativas como, por exemplo, a BTL. O que conta mais na promoção económica não é a propaganda pela propaganda mas as campanhas e contactos aos públicos-alvo, o que foi feito.

Referiu-se então ao Programa Montemor Pedra a Pedra para explicar que é financiado pelo QREN pelo que tem que respeitar as suas regras, razão pela qual apenas avançou um dos projectos previstos mas, como é sabido, todos os outros estão em fase de concurso.

Recordou que a recuperação do Moínho do Ananil está previsto, em termos de financiamento, no âmbito da Rede das Economias Criativas, e está a ser feito o projecto. Para a Oficina da Criança, como já informou várias vezes, não foi ainda possível obter financiamento porque a contratualização com a CIMAC não contemplava nenhuma rubrica onde pudesse ser inserido, razão porque não avançou. Lembrou que para a Câmara poder apresentar candidaturas ao QREN, precisa de ter as acções previstas em PPI e em Orçamento.

No que diz respeito ao realojamento da comunidade cigana o que se prevê é a sua deslocação para outro espaço bem como a reutilização dos contentores existentes, situação que será discutida a seu tempo.

Relativamente ao saneamento bem como ao abastecimento de água, referiu que a Parceria Pública, assinada com o Governo, está em desenvolvimento mas, contra todas as expectativas, a candidatura ainda não foi aprovada no QREN e o calendário de investimento está atrasado como já teve oportunidade de explicar antes. Reafirmou que era intenção da Câmara avançar com todas as pequenas ETARs mas, para obterem financiamento, têm que respeitar os regulamentos, razão porque as que faltam estão a aguardar a concretização da Parceria Pública, se fosse possível candidatá-las directamente essa seria a opção.

Relativamente ao Balanço, referiu que o passivo não é dívida porque inclui outros valores. Assim, disse, do total de cerca de doze milhões e novecentos mil euros, cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros são de proveitos diferidos e mais novecentos mil euros não são dívida. Os diversos valores estão devidamente identificados.

Explicou que o valor global dos salários pagos aos trabalhadores diminuiu e os encargos adicionais aumentaram porque se registaram novos encargos com CGA, ADSE, SNS o que levou ao aumento global desta rubrica. Fica claro que os trabalhadores e a Câmara são prejudicados em benefício da administração central.

Na Demonstração de Resultados o que consta são os custos de funcionamento mas não os valores empregues em investimento que são classificados em Imobilizações.

Quanto à intervenção do senhor Vereador Rogério Pinto salientou que as verbas a ser transferidas para as autarquias locais estão definidas por fórmulas na Lei das Finanças Locais e é em relação a esses valores, que têm por base nomeadamente o IRS e o IVA, que se afirma que o Município perdeu verbas a que tinha direito por lei. Afirmou que as verbas do OE são verbas públicas e não do Governo e que os Municípios têm direito à parte que lhes está destinada por lei e acrescentou que houve anos em que a verba diminui em termos reais e nominais.

Prosseguindo a sua intervenção o senhor Presidente referiu que cada eleito reflecte as ideologias e valores que defende, como tal não existe neutralidade. Compreende que a oposição não goste de ouvir ou ler as críticas que se fazem, com justiça, às políticas do Governo e da União Europeia, mas a democracia pratica-se permitindo as opiniões de quem tem uma visão diferente e a maioria CDU não pretende agradar à oposição mas, usando a legitimidade democrática do voto, defender os interesses colectivos da população e do concelho.

O referido no documento são constatações estatísticas nomeadamente quanto à taxa de desemprego que está abaixo da média da Região.

Salientou ainda que parte do défice orçamental tem por base o financiamento decidido pelo Governo ao BPN que ascende já a 5,3 mil milhões de euros e que o Estado se dispôs a dar avales à banca de cerca de 20 mil milhões de euros, ajuda essa que não dá a qualquer outro sector da economia nomeadamente ao sector produtivo e às pequenas empresas.

Acrescentou que o maior problema do país não é o défice orçamental mas o défice externo que ascende a 160 mil milhões de euros.

Retomou a palavra o senhor Vereador Vicente Roque para considerar o discurso do senhor Presidente relativo ao Banco, popular e irresponsável.

No que respeita à situação económica do BPN o senhor Vereador teceu alguns considerandos.

Salientou que seria uma irresponsabilidade por parte do Estado, se não tomasse medidas relativamente ao BPN, o que por arrastamento aconteceria por certo, o mesmo a outros bancos.

Acrescentou depois o senhor Vereador Vicente, que existem muitas situações que podem ser concretizadas com custos relativamente baixos, o que é necessário é imaginação. Referiu que está prevista uma verba de cerca de dois mil euros mensais para apoio aos pequenos e médios agricultores, sugeriu a aplicação dessa verba de uma forma directa e mais rentável. Mencionou seguidamente o Monte Selvagem, sugerindo que a Câmara fomentasse a oferta de um pacote turístico, bem como apoio nas suas acessibilidades. A concluir disse que seria de toda a importância fomentar e divulgar a "Marca de Montemor-o-Novo". A senhora Vereadora Maria de Lurdes pronunciou-se par dizer que sempre tem existido por parte dos eleitos do PSD a abertura para aceitar pelouros, como tal no documento apresentado deve constar a posição desse eleito e não a posição expressa do senhor Presidente. A concluir, o senhor Presidente tomou a palavra para afirmar que o discurso proferido pelo senhor Vereador Vicente Roque seria subscrito pelos grandes accionistas dos bancos que usam os mesmos argumentos para justificar os milhões de euros públicos canalizados para o sector financeiro. Disse que não havia perigo de colapso dos bancos como se prova pelos enormes lucros que continuam a ter em período de crise. Até gestores financeiros e outros técnicos têm dito que existiam outras alternativas. Esclareceu ainda que o apoio aos pequenos e médios agricultores tem obtido resultados muito positivos, citou o exemplo da Montemormel e registou a vontade do senhor Vereador Vicente Roque de terminar com o apoio aos pequenos e médios agricultores. Quanto ao Monte Selvagem, disse, a Câmara tem colaborado e atribuído vários tipos de apoios, incluindo na divulgação turística e até levando grupos em visita; o que é de lastimar é que os responsáveis do Monte Selvagem se esqueçam sempre desses apoios. Afirmou que aceitava alterar o Relatório de Gestão na área da Protecção Civil consensualizando um texto com a senhora Vereadora do pelouro.

Prestação de Contas 2010

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com dois votos contra dos senhores Vereadores do PS e uma abstenção da senhora Vereadora do PSD aprovar a Conta de Gerência / 2010, documento que será remetido para deliberação da Assembleia Municipal.

Aplicação de Resultados

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores Vereadores do PS e PSD aprovar a Aplicação de Resultados, documento que será remetido para deliberação da Assembleia Municipal.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram doze horas e trinta minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA

